



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Diana Sili

**A MOBILIZAÇÃO DA (GEO)POLÍTICA
IDENTITÁRIA NA (RE)CONSTRUÇÃO DO
ESPAÇO EUROPEU**

**UMA ANÁLISE DISCURSIVA DA GUERRA NA
UCRÂNIA**

**Dissertação no âmbito do Mestrado em Relações Internacionais –
Estudos da Paz, Segurança e Desenvolvimento, orientada pela
Professora Doutora Fernanda Barreto Alves e apresentada à
Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra**

Julho de 2023



FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE
COIMBRA

A mobilização da (geo)política identitária na (re)construção do espaço europeu

Uma análise discursiva da guerra na Ucrânia

Diana Sili – 2018302028

Dissertação no âmbito do Mestrado em Relações Internacionais – Estudos da Paz, Segurança e Desenvolvimento, orientada pela Professora Doutora Fernanda Barreto Alves e apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra para a obtenção do grau de mestre

Julho de 2023

Resumo

A invasão russa na Ucrânia em 2022 constituiu um momento disruptivo para as Relações Internacionais como um todo e em particular na relação da União Europeia (UE) com a Ucrânia e a Rússia, uma vez que alterou as dinâmicas de poder exercidas no território ucraniano. Foi gerada uma forte resposta internacional por parte de vários atores relevantes, incluindo da UE, nomeadamente a nível da condenação expressa ao regime russo e apoio militar, económico e político à Ucrânia. A presente dissertação analisa as condições discursivas que tornaram possíveis a tomada de posição da UE, orientando o foco para as representações do conflito. É através do corpo de conhecimento pós-estruturalista que a análise é realizada, mobilizando a componente linguística da abordagem de Laclau e Mouffe e também a componente visual da teorização de Roland Bleiker. Um duplo fenómeno identitário é identificado, nomeadamente a absorção da Ucrânia no espaço europeu e a exclusão da Rússia como ameaçadora da paz que é característica desse espaço. O apoio à Ucrânia é consumado através da mobilização do sentimento de solidariedade perante os refugiados ucranianos, representados como “europeus” a necessitar de serem apoiados. Constata-se que as representações deste conflito, não sendo naturais nem objetivas, são antes um processo onde o poder e as identidades são disputadas e alteradas - e é isso que se verifica quando se analisa a evolução das representações desde a crise da Crimeia de 2014, outro momento importante para o fenómeno discutido.

Palavras-chave: discurso, geopolítica, identidade, pós-estruturalismo, Ucrânia

Abstract

The Russian invasion of Ukraine in 2022 was a disruptive moment for International Relations as a whole and, in particular, for the relationship between the European Union (EU) and Ukraine and Russia, as it altered the dynamics of power exercised on Ukrainian territory. A strong international response has been prompted by myriad relevant actors, including the EU, both by condemning the Russian regime and by providing military, economic and political support to Ukraine. This thesis analyses the discursive conditions that made the EU's position possible, focusing on the representations of the conflict. The analysis is done through a post-structuralist body of knowledge, leveraging the linguistic component of Laclau and Mouffe's approach, and the visual component of Roland Bleiker's theorization. A double identity phenomenon is identified, namely the absorption of Ukraine in the European space and the exclusion of Russia for threatening the peace that is characteristic of that same space. Support for Ukraine is achieved by mobilising a sense of solidarity with the Ukrainian refugees, who are seen as worthy of support and depicted as "european". It appears that the representations of this conflict, not being natural or objective, are rather a process where power and identities are disputed and changed - and this is observed when analyzing the evolution of representations since the Crimean crisis of 2014, another important moment within the discussed phenomenon.

Keywords: discourse, geopolitics, identity, post-structuralism, Ukraine

Lista de Siglas e Abreviaturas

ACD – Análise Crítica do Discurso

CE – Comissão Europeia

EM – Estados Membros

RI – Relações Internacionais

UE – União Europeia

Índice de figuras

Figura 1: Refugiados ucranianos a transpor a fronteira com a Eslováquia.

Figura 2: Refugiado ucraniano em situação de procura de alojamento em Portugal.

Figura 3: Criança ucraniana a dormir em transporte público.

Índice

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO 1 – QUADRO TEÓRICO	14
1.1. DAS PALAVRAS...	14
1.2. ... ÀS IMAGENS	18
CAPÍTULO 2 - A INCLUSÃO DA UCRÂNIA OCORRE ATRAVÉS DA DESLOCAÇÃO DA FRONTEIRA DISCURSIVA DO ESPAÇO EUROPEU PARA LESTE.....	21
2.1. O DISCURSO COMO ELEMENTO PRODUTIVO NA CONSTRUÇÃO DA REALIDADE.....	21
2.2. DA TEORIA À ANÁLISE DISCURSIVA: A POTENCIALIDADE DA CORRENTE PÓS-ESTRUTURALISTA	27
2.3. A REPRESENTAÇÃO DA UCRÂNIA EVOLUINDO PARA UMA INTEGRAÇÃO NO ESPAÇO EUROPEU	31
CAPÍTULO 3 - A EXPANSÃO RUSSA IMPLICA, NO DISCURSO GEOPOLÍTICO EUROPEU, AGIR MILITARMENTE EM DEFESA DA PAZ	36
3.1. O CONTRIBUTO DA GEOPOLÍTICA CRÍTICA: PROBLEMATIZANDO A SUPOSTA OBJETIVIDADE DA DISCIPLINA	36
3.2. O MAPEAMENTO DO DISCURSO GEOPOLÍTICO DO OCIDENTE E RESPECTIVA POSIÇÃO DA RÚSSIA	40
3.3. A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA EM OPOSIÇÃO AO <i>OUTRO</i> : DEFENDER A PAZ MILITARMENTE	40
CAPÍTULO 4 - DEFENDER O ESPAÇO EUROPEU DA AMEAÇA COMUM IMPLICA A MOBILIZAÇÃO DA SOLIDARIEDADE.....	49
4.1. PROBLEMATIZANDO OS ELEMENTOS QUE O ATUAL DISCURSO EXCLUI.....	49
4.2. A MOBILIZAÇÃO DAS EMOÇÕES PARA A PERSECUÇÃO DOS OBJETIVOS GEOPOLÍTICOS: UM APELO À SOLIDARIEDADE.....	51
4.3. A POLÍTICA VISUAL NOS <i>MEDIA</i> COMO VEÍCULO TRANSMISSOR DE EMOÇÕES.....	55
CONCLUSÃO	63
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	65

Introdução

A invasão da Ucrânia pela Rússia em fevereiro de 2022 despoletou uma intensa reação internacional por parte da comunidade internacional. Verificou-se uma mobilização o de meios de apoio (seja monetário, material e humano) surpreendente em termos de amplitude, quando comparado com outras situações semelhantes onde ocorrem violações da integridade territorial dos Estados e disputas territoriais. De igual modo, a cobertura mediática, principalmente das comunicações dos principais atores envolvidos de alguma maneira no conflito, ultrapassou largamente a prática comum adotada para restantes conflitos que decorrem em outras partes do globo, e mesmo a prática direcionada à própria Ucrânia em outros acontecimento semelhantes, como foi o caso da anexação da Crimeia pela Rússia em 2014.

Um dos atores cujo envolvimento tem sido mais importante no decurso do conflito é a UE, que desde o seu início adotou uma postura ativa e firme na sua posição de defesa à integridade territorial da Ucrânia e na condenação do ato de agressão russo. Esse envolvimento verifica-se discursivamente na forma de comunicações constantes dos principais líderes europeus, incluindo da presidente da Comissão Europeia (CE) Ursula von der Leyen, na afirmação de múltiplos canais de apoio - seja económico, financeiro, humanitário, político e militar da União Europeia (UE) à Ucrânia¹. Em paralelo, a condenação da Rússia ocorre na forma da aplicação de sanções que têm como alvo o enfraquecimento económico da Rússia e de (alguns) russos², bem como a persecução da sua responsabilização no quadro da violação da lei internacional³. Assim, através destes

¹ Desde o início da guerra, a UE disponibilizou cerca de 53 mil milhões de euros à Ucrânia. Se adicionarmos os recursos disponibilizados aos Estados-Membros para satisfazer as necessidades dos refugiados de guerra que chegam à UE, o apoio total à Ucrânia e aos ucranianos chega a cerca de 70 mil milhões de euros. No que concerne à ajuda militar, o apoio representa cerca de 15 mil milhões de euros, dos quais 5,6 mil milhões foram mobilizados no âmbito do *European Peace Facility* (um instrumento de prevenção das guerras e promoção da paz no campo internacional), nomeadamente no apoio à entrega de equipamento militar às Forças Armadas ucranianas (European Commission, n.d.).

² Destaca-se a listagem de pessoas individuais e entidades coletivas que sejam consideradas como uma ameaça à integridade territorial da Ucrânia, procedendo ao congelamento de ativos, proibição de viagens, proibição de fornecimento de fundos, etc. A nível económico-financeiro, atacando as reservas cambiais detidas pela Rússia, excluindo os seus principais bancos do sistema SWIFT (o principal sistema financeiro internacional cuja principal função é permitir a troca de informações bancárias e transferências financeiras); a aplicação de medidas restritivas ao comércio, como a proibição de importação e exportação de bens, nomeadamente no setor energético e dos transportes; entre outros (European Commission, n.d.).

³ Através do apoio ao Tribunal Internacional de Crimes de Guerra (cuja jurisdição não é aceite pela Rússia) e pelo trabalho conjunto com a comunidade internacional para a criação de um tribunal para

múltiplos meios, a Ucrânia e a Rússia têm estado no cerne das discussões dos líderes políticos, dos comentadores e da população em geral, sendo que o espaço geográfico que corresponde aos seus territórios - incluindo os territórios disputados, constituem uma imagem muito mais presente do que nos períodos anteriores a este conflito.

De facto, a ocorrência deste acontecimento disruptivo provocou uma mudança substancial nas RI, principalmente na forma como se fala e se pensa o conflito. Este conflito, tendo uma proximidade geográfica importante com as fronteiras da UE, representa uma oportunidade para discernir sobre o espaço europeu à luz das considerações sobre o processo que criou as condições favoráveis a uma mobilização de apoio de elevada intensidade. Para tal, será útil o enquadramento teórico proporcionado pela **geopolítica**⁴, permitindo a compreensão das RI à luz de considerações territoriais onde a disputa pelo poder acontece. Na conceção crítica de Yves Lacoste (2012), tal análise remete para a centralidade do território geográfico como incluindo não só o meio natural, mas também os homens e mulheres que aí vivem, os poderes que estes aceitam como legítimos e aqueles que contestam, bem como das representações do seu passado e do seu futuro em termos políticos. Neste sentido, a invasão da Ucrânia pela Rússia, constituindo uma alteração das dinâmicas de poder nesse território, impacta a perceção e invoca novas considerações da UE sobre a Ucrânia, sobre a Rússia e também sobre si mesma.

Esta consideração de carácter identitário é relevante, assumindo que as **identidades** não são dados pré-adquiridos, mas sim produtos da ação política e social que se manifestam principalmente em momentos de instabilidade (como é o caso de uma guerra), e que enquadram ações políticas e sociais futuras - neste caso, correspondendo à posição e resposta política da UE face à invasão. Partindo de uma base teórica pós-estruturalista, acrescenta-se que a identidade é um produto de discursos múltiplos que competem entre si, tendo uma natureza instável, mutável e contingente (Brubaker & Cooper, 2000).

Ainda que o **discurso** seja um conceito com uma multiplicidade de conceções, para efeitos do presente estudo será mobilizado uma conceção pós-estruturalista do discurso, na qual este é entendido como um sistema de representação que se manifesta através de práticas particulares da vida social, estando situados social, cultural e historicamente, e

investigar e processar o crime de agressão da Rússia. Além disso, 14 EM da UE já abriram investigações nacionais para crimes internacionais cometidos na Ucrânia (European Commission, n.d.).

⁴ Neste capítulo, o texto salientado a negrito constitui uma opção da autora.

que enquadra a possibilidade de agência dos sujeitos dentro de certas estruturas de poder e de conhecimento (Holzscheiter, 2014). Desta forma, representar a guerra na Ucrânia numa determinada ótica implica a atribuição de uma determinada carga normativa, que por sua vez enquadra o universo de possibilidades em termos de percepção dos acontecimentos e de respostas consideradas adequadas - neste caso a mobilização pelo apoio militar, humanitário, etc.

É neste contexto que importa introduzir os seguintes questionamentos:

1) De que forma foram enquadradas discursivamente as possibilidades de resposta política da UE face à guerra na Ucrânia?

2) Quais são as implicações desta guerra na organização político-ideológica do espaço geográfico europeu?

O objetivo passa por analisar de que forma é que foi “especializada” a guerra na Ucrânia, isto é, qual foi a carga normativa associada ao seu espaço geográfico, produzindo uma determinada realidade em detrimento de outras. Tal análise é relevante porque permite enquadrar o conjunto de possibilidades que está ao dispor dos atores da comunidade internacional (UE, Estados e população) em termos de políticas e comportamentos a adotar (O’Tuathail & Agnew, 1992). De maneira geral, será analisado o processo através do qual essa realidade foi construída, mobilizando o discurso como ferramenta de análise principal. Importa finalizar clarificando que a análise da guerra na Ucrânia propriamente dita está fora do âmbito do presente trabalho, cujo principal objetivo é contribuir para uma maior clarificação da alteração das identidades da Ucrânia e da UE à luz do conflito.

Assim, de forma a tentar responder às duas questões acima mencionadas, será introduzido o quadro teórico e metodológico que irá nortear a análise do presente trabalho, e que consiste no corpo de conhecimento pós-estruturalista operacionalizado através da análise discursiva da identidade geopolítica da Ucrânia e dos ucranianos. Este exercício é sustentado por três pilares fundamentais a desenvolver ao longo do trabalho: a virada linguística, a virada estética e a virada emocional no campo das RI. Para tal, será utilizada a abordagem discursiva de Laclau e Mouffe, e que irá permitir uma análise da construção de significado em torno de três pontos fulcrais: espaço europeu, paz e solidariedade. No segundo capítulo, será analisada a construção discursiva do espaço

Europeu através da associação da Ucrânia à identidade europeia. No terceiro capítulo, será analisada a consolidação da identidade ucraniana através da oposição a um mesmo *Outro* (a Rússia) que é tido como ameaçador da paz que caracteriza o espaço europeu. Finalmente, no quarto capítulo será analisada a construção da solidariedade da população como forma de consumir o processo de absorção dos ucranianos como “semelhantes”. Neste último ponto, será igualmente mobilizada a política visual através da análise de imagens e da carga emocional que lhes está associada, dado permitirem uma análise discursiva mais completa ao englobar tanto a componente linguística como a visual e emocional.

A escolha de um quadro teórico que tem por base o pós-estruturalismo justifica-se com a sua potencialidade crítica, sem, no entanto, prometer estabelecer um paradigma através do qual todo e qualquer fenómeno pode ser compreendido; invés disso, funciona como uma abordagem que permite o foco em novas perspetivas de análise, nomeadamente no que concerne às práticas de representação, as relações entre poder e conhecimento e o papel da identidade na compreensão dos assuntos globais. Essa postura crítica torna-se fundamental nas RI e na geopolítica em particular - que ao mapearem o mundo segundo certas normas e princípios, representam-no de certa forma em detrimento de outra. Uma análise pós-estruturalista permite precisamente analisar a forma como essas representações, longe de serem espontâneas e naturais, constituem um processo dinâmico no qual questões de poder, conhecimento e identidade são disputadas (Campbell, 2013).

Desta forma, para efeitos do presente estudo, será adotada uma metodologia qualitativa que dará forma a um tipo de conhecimento interpretativo – que prioriza os significados, as ideias, a linguagem e as crenças como os aspetos fundamentais da existência social. Tal abordagem rejeita a ideia de que é possível, através de métodos quantitativos, apreender e descrever uma realidade objetiva que é independente do investigador. (Kurki & Wight, 2013). Assim sendo, reconhece-se que, numa ótica pós-estruturalista, os métodos empregues não podem pretender a uma descrição objetiva da realidade, assumindo antes que tanto os textos como as imagens são interpretadas pelo investigador - sendo ele próprio um agente ativo na produção do conhecimento sobre determinada realidade. Assim, assume-se que esses recursos precisam de ser interpretadas uma vez que estas não encerram em si mesmas um significado

independente dessa interpretação, e que existe uma escolha metodológica particular que lhe está adjacente (Bleiker, 2015).

Importa sublinhar que as questões relativas às identidades não precisam de ser constantemente levantadas para que sejam efetivas. De facto, argumenta-se que em tempos de estabilidade e “normalidade” as identidades estão simplesmente ao dispor dos agentes para serem usadas e confiadas, não tanto analisadas e ativamente problematizadas (Ringmar, 1996: 83). É em momentos específicos da vida dos indivíduos e das comunidades que questões sobre identidade sobressaem como elementos preponderantes, normalmente associados a momentos decisivos de instabilidade, rotura ou introdução de novos desenvolvimentos que obrigam a uma nova interação entre formações discursivas, representações e identidades.

Em termos práticos, o autor argumenta que o surgimento de novas interpretações não ocorre segundo mecanismos pré-estabelecidos e previsíveis, uma vez que os significados não se substituem de maneira direta e imediata. Pelo contrário, é nesses momentos disruptivos - e formativos, que os significados são contestados e disputados através de inúmeros tipos de discursos. No decorrer desse processo, os diferentes atores com poder discursivo poderão reafirmar os significados que viabilizem a manutenção do *status quo*, ou pelo contrário, recodificar e reinterpretar os símbolos já estabelecidos, desafiando o *status quo*. Estes momentos formativos são, portanto, momentos de hiperinflação simbólica, isto é, de intensificação da interpretação e reinterpretação de significado (*Idem.*, 1996).

É por isso que o horizonte temporal selecionado para a análise consiste em dois períodos de grande relevância em termos de acontecimentos desestabilizadores do sistema internacional em geral e das relações UE-Rússia-Ucrânia em particular: o primeiro evento selecionado é a crise da Crimeia de 2014 e o segundo evento é a invasão da Ucrânia pela Rússia em 2022. O principal objetivo é analisar o posicionamento e o discurso da UE em face destes dois acontecimentos, e para tal será mobilizada a análise das comunicações da figura do Presidente da CE - encarnada pelos diferentes atores nos diferentes períodos temporais analisados, em vista da sua relevância como cargo executivo e representação de alto nível dos interesses e posicionamento da UE como bloco geopolítico.

Relativamente ao primeiro período, e para conseguir mapear a evolução discursiva ao longo do tempo, serão analisadas quatro comunicações pela figura do presidente da CE: **1)** pelo então presidente Durão Barroso a 5 de março de 2014 - no período de mobilização militar da Rússia na Crimeia, pouco antes de 18 de março de 2014, data da assinatura da adesão da Crimeia e Sevastopol à Federação Russa (European Commission, 2014a); **2)** pelo então Presidente Durão Barroso a 14 de setembro de 2014, na 11ª reunião anual da *Yalta European Strategy*⁵ a discutir o futuro da Ucrânia (European Commission, 2014b); **3)** pelo então presidente Jean-Claude Juncker a 28 de abril de 2015, na *Kyiv Reform Conference*⁶ (European Commission, 2015); **4)** pelo então presidente Jean-Claude Juncker a 16 de junho de 2016, no 20º St. Petersburg International Economic Forum⁷ (European Commission, 2016).

Relativamente ao segundo período, mapeando igualmente a evolução discursiva desde a invasão até à atualidade, serão analisadas as seguintes comunicações da presidente da CE Ursula von der Leyen: **1)** a 1 de março de 2022 no plenário do Parlamento Europeu, no período imediatamente após a invasão militar russa iniciada a 24 de fevereiro de 2022 (European Commission, 2022); **2)** a 15 de fevereiro de 2023 no plenário do Parlamento Europeu, um ano após a invasão (European Commission, 2023a); **3)** a 9 de maio de 2023, num comunicado de imprensa conjunto com o presidente Zelensky em motivo da celebração do Dia da Europa (European Commission, 2023b); **4)** a 14 de maio de 2023, na entrega do *International Charlemagne Prize of Aachen 2023* ao presidente Zelensky (European Commission, 2023c).

Müller (2010) aponta para a relevância da teoria de Laclau e Mouffe, uma vez que fornece uma perspetiva de análise que tem em conta as características estruturais da formação discursiva. Assim, para além de adotar uma lógica interpretativa do conteúdo do discurso, o foco estará nas relações estruturais entre elementos, identificando regularidades na construção e alteração das formas como as identidades geopolíticas são estruturadas ou contestadas. Para além disso, permite identificar a construção de identidades através da fixação temporária do significado no quadro dos discursos sobre geopolítica, o que permite que o trabalho do analista passe por analisar as identidades

⁵ Fórum de discussão criado em 2004 por Victor Pinchuk (oligarca e filantropo, na altura membro do parlamento Ucrainiano), que reúne anualmente líderes da Ucrânia, Rússia, UE, EUA, entre outros, com o intuito de discutir a integração europeia e internacional da Ucrânia.

⁶ Conferência dedicada às discussões sobre reformas na Ucrânia.

⁷ Evento anual dedicado ao setor económico russo.

como sendo constituídas dentro de um discurso que passa a estar temporariamente normalizado através do sucesso das articulações hegemónicas.

Seguidamente, tendo constatado a relevância da interação da componente linguística com a componente visual (Robinson, 2018), irei igualmente proceder à análise de três fotografias que consistem na representação visual de alguns dos elementos discursivos que se articulam em torno dos *nodal points* identificados. Em concordância com a argumentação de Bleiker (2015), é necessário começar por reconhecer a insuficiência de um único método capaz de transmitir o real funcionamento da política visual. Assim, o que o autor propõe é a conciliação da análise das imagens com a análise dos recursos linguísticos que possam estar associados, e é por isso que serão analisadas fotografias no quadro da publicação de notícias de jornal, de maneira a melhor identificar essa interação.

Em termos práticos, compreender o conteúdo das imagens propriamente ditas implica empregar um conjunto diferenciado e múltiplo de metodologias. A nível macro, importa tentar compreender a interação com os fatores materiais, culturais e simbólicos, nomeadamente no contexto dos *media*, e numa ótica mais geral, no contexto sociopolítico dentro do qual as imagens ganham sentido. A nível micro, é também possível investigar a interação entre as representações visuais e as representações linguísticas (Bleiker, 2015). Para efeitos do presente trabalho, será efetuada a análise da representação visual em três notícias nas principais plataformas de comunicação social em Portugal: Jornal Público, Jornal Expresso e Observador.

Capítulo 1 – Quadro teórico

1.1. Das palavras...

Neste capítulo será enquadrado o corpo de conhecimento que permitirá aprofundar a análise do fenómeno em questão. Para o efeito, importa introduzir num primeiro momento algumas contribuições relevantes da abordagem de Laclau e Mouffe, que proporciona uma ferramenta teórico-analítica para a análise de formações discursivas alinhada com a conceção de discurso de Foucault, que será explorada posteriormente⁸. Neste sentido, a construção de identidades, longe de ser um processo lógico ou natural, ocorre através de práticas de articulação hegemónicas, que fixam parcialmente o seu significado ao inscrevê-las num determinado discurso - significado esse que está sujeito a contestação, negociação e alteração (Torfing, 1999: 41).

Procedendo à apresentação das principais contribuições da abordagem discursiva de Laclau e Mouffe (2001) que irão nortear o presente trabalho, importa começar por mencionar o discurso como sendo considerado uma totalidade estruturada através da prática da articulação entre diferentes elementos, construindo temporariamente significado. Os elementos são considerados como tendo posições diferenciais que ainda não estão articulados num discurso, daí serem chamados de *floating signifiers*, uma vez que ainda não encerram em si mesmos um significado definitivo, estando este aberto à contestação. Quando esse processo de articulação ocorre, esses elementos passam a constituir momentos desse determinado discurso: “in an articulated discursive totality, where every element occupies a differential position - in our terminology, where every element has been reduced to a moment of that totality” (Laclau & Mouffe, 2001:106).

A prática de articulação, explicam os autores, trata-se de “any practice establishing a relation among elements such that their identity is modified as a result of the articulatory practice” (Laclau e Mouffe, 2001:105). O que isto significa é que elementos dispersos que não estão associados a um mesmo discurso, ao serem articulados/associados uns aos outros, sofrem uma alteração, total ou parcial do seu significado e da sua identidade. Esse processo de articulação é efetivado através de *nodal points - floating signifiers* que estão no centro das lutas pela atribuição de

⁸ É de salientar que os conceitos e a abordagem teórica estão presentes ao longo de toda a análise do presente trabalho, não estando restritos a este único capítulo. Ainda assim, é no capítulo do quadro teórico que ocorre uma discussão mais concentrada na abordagem que irá nortear as discussões mais alargadas a efetuar posteriormente.

significado, em torno dos quais se estabelece as relações entre vários elementos⁹ (Müller, 2010).

Aprofundando o processo de criação de identidade, importa introduzir o conceito de relação de equivalência, que para os autores é constitutivo da identidade dentro do contexto das relações sociais. O estabelecimento de relações de equivalência implica tomar diferentes identidades como equivalentes através de um processo que subverte as suas diferenças em favor de uma mesma mobilização contra uma outra identidade negativa, o que faz com que “the equivalence exists only through the act of subverting the differential character of those terms” (Laclau & Mouffe, 2001: 128).

Este processo de criação de identidade pela negativa está no cerne daquilo a que os autores se referem como antagonismo nas relações sociais; antagonismo esse que é discursivamente construído através dessas relações de equivalência. Assim, o que se verifica são relações de equivalência entre diferentes setores dentro de um espaço social dividido em campos antagónicos. De forma geral, dentro do contexto das relações sociais o universo de possibilidades de antagonismos é múltiplo, correspondendo a cada antagonismo diferentes cadeias de equivalências que podem afetar e penetrar de forma diferente a identidade dos próprios sujeitos (Laclau & Mouffe, 2001: 131). É precisamente esta a lógica que se verifica quando analisamos o “espaço europeu”, a “paz” e a “solidariedade”, que nos dois momentos formativos de 2014 e 2022, se articulam através de diferentes elementos. Tal mudança discursiva implica, portanto, uma relação diferente dos europeus com os ucranianos, em termos de relação identitária e de efeitos práticos a nível de comportamento e ação.

Se nos focarmos agora no processo que efetiva essas cadeias de equivalência, é na centralidade do papel da linguagem que obtemos respostas. Dois elementos diferenciados são tornados discursivamente semelhantes, podendo efetivar-se através da sua incorporação numa mesma ordem simbólica, a título de exemplo - através de recursos expressivos. Assim, sinonímia, metonímia, metáfora, analogia, (entre outros) longe de serem formas de pensamento que adicionam um segundo sentido a uma

⁹ Para efeitos do presente trabalho, refletindo sobre os *nodal points* que permitem analisar o discurso da UE face à Ucrânia em face dos atentados à sua integridade territorial pela Rússia, tanto em 2014 como em 2022, foram identificados os seguintes *nodal points*: “espaço europeu” - que será analisado de forma pormenorizada no capítulo 1, “paz” - analisado no capítulo 2, e “solidariedade” - analisado no capítulo 3.

literalidade primária, fazem parte do próprio terreno primário em que o social é constituído (Laclau & Mouffe, 2001: 110).

A analogia e a metáfora são duas figuras de estilo que, globalmente, permitem a compreensão de determinada realidade a partir de uma outra que lhe é diferente. Fazendo a distinção entre as duas, a analogia envolve paralelos/comparações extraídas de um mesmo domínio geral da experiência, enquanto que a metáfora é uma comparação tirada de um domínio de experiência diferente (Shimko, 1994). O autor aponta para a importância do raciocínio em termos analógicos e metafóricos para a compreensão de novos fenómenos que nos são desconhecidos, uma vez que nos permitem estabelecer paralelos com experiências passadas. Daí, procede-se a uma transferência de informação relacional que permite ao sujeito inferir certas informações a partir do domínio que lhe é conhecido:

There is general agreement that analogical [and metaphorical] reasoning involves the transfer of relational information from a domain that already exists in the memory (usually referred to as the source or base domain) to the domain to be explained (referred to as the target domain). Similarity is implicated in the process because a successful, useful analogy [or metaphor] depends upon there being some sort of similarity between the source domain and the target domain and because the perception of similarity is likely to play a major role in some of the key processes associated with analogical [and metaphorical] reasoning. (Shimko, 1994 apud Vosniadou & Ortony, 1989: 6-7).

É o que sucede, a título de exemplo, na cadeia de equivalência entre Charlemagne - Gyula Horn - Vaclav Havel - François Mitterrand - Helmut Kohl (todos eles figuras merecedoras do *Charlemagne Prize*)¹⁰, de maneira a demonstrar o antagonismo entre quem contribui para a integração e desenvolvimento europeu, e quem contribui para o seu desmantelamento através da prática da guerra, com referência a Putin.

Estas diferentes categorias teóricas remetem para a construção do conceito de “hegemonia”. Fala-se de hegemonia quando, num determinado contexto social, um conjunto de *nodal points* ganham dominância social. A articulação hegemónica em torno dos *nodal points* deve acontecer dentro de um contexto de confrontação com práticas articulatórias antagonísticas dado que “hegemony should emerge in a field criss-crossed by antagonisms and therefore suppose phenomena of equivalence and

¹⁰ Prémio entregue anualmente, cujos destinatários se distinguem pelo seu contributo à unidade/integração do continente europeu. É de notar o simbolismo da cidade em que ocorre - Aachen, a primeira cidade alemã a ser libertada pelas forças aliadas em 1944.

frontier effects” (Laclau & Mouffe, 2001: 135). Assim, as duas condições para a formação de articulações hegemónicas são 1) a presença de forças antagónicas e 2) a instabilidade das fronteiras que as separam.

Only the presence of a vast area of floating elements and the possibility of their articulation to opposite camps - which implies a constant redefinition of the latter - is what constitutes the terrain permitting us to define a practice as hegemonic. Without equivalence and without frontiers, it is impossible to speak strictly of hegemony (Laclau & Mouffe, 2001: 136).

Daqui podemos, portanto, assumir as práticas hegemónicas como uma forma de articulação política de diferentes identidades em torno de um projeto comum, levando à criação de novas formas de ordem social a partir de uma variedade de elementos dispersos; assim, o grande objetivo de um projeto hegemónico é construir e estabilizar *nodal points* (Howarth, 1998: 280).

Importa ainda sublinhar o carácter parcial da fixação de significado, sendo que os autores, ao aprofundar a formação das identidades, assumem a impossibilidade de esta ser tanto totalmente fixa ou totalmente não fixa. Primeiro, uma identidade não pode ser totalmente fixa uma vez que esta nunca está totalmente protegida de um exterior discursivo capaz de a minar e de a deformar. Ao mesmo tempo, essa impossibilidade de fixação total pressupõe a existência de uma fixação parcial - caso contrário a abundância de significado tornaria o mundo ininteligível. Assim, “The impossibility of an ultimate fixity of meaning implies that there have to be partial fixations - otherwise, the very flow of differences would be impossible” (Laclau & Mouffe, 2001: 112).

Daí se depreende que a construção do significado é sempre temporária e relacional, uma vez que a articulação de elementos em torno dos *nodal points* implica precisamente uma lógica de interação relacional, que pode a qualquer momento ser subvertida por um exterior discursivo. Desta forma, os autores afirmam que “there is no social identity fully protected from a discursive exterior that deforms it and prevents it becoming fully sutured. Both the identities and the relations lose their necessary character” (Laclau & Mouffe, 2001: 111). Tal se verifica quando analisamos a evolução do discurso da UE entre o período de 2014 e o período de 2022, na medida em que se verifica uma evolução dos elementos que se associam aos *nodal points* que foram identificados. Em 2022, o significado da posição ucraniana no “espaço europeu” sofre alterações e passa a incluir os seguintes elementos: capital europeia - rosto europeu - ideia europeia - destino europeu. Ao mesmo tempo, estabelece-se uma cadeia de equivalência que articula os

elementos: arma - agressão - autocracia. De igual forma, a “paz” continua a estar no cerne da argumentação da UE, no entanto, surge associada a elementos diferentes e mesmo antagónicos quando comparados com os de 2014. Assim, identificam-se os seguintes elementos: destruição - defesa - luta - guerra - sofrimento. Ao mesmo tempo, estabelece-se uma cadeia de equivalência entre Charlemagne - Gyula Horn - Vaclav Havel - François Mitterrand - Helmut Kohl, em direto antagonismo com a figura de Putin. Também a “solidariedade” continua a estar no centro do discurso da UE, no entanto, é associada a outros elementos diferentes: economia - ajuda humanitária - refugiados - cuidados médicos - ensino - trabalho - ajuda militar.

1.2. ... Às imagens

Importa igualmente introduzir a componente visual no quadro da análise discursiva. Isto porque é relevante compreender a interação das formas linguísticas (seja verbal, seja escrita) com outras formas discursivas, como é o caso das imagens, uma vez que permite uma análise discursiva mais abrangente. De facto, a componente visual raramente opera de forma isolada, e deve ser compreendida como uma das componentes da comunicação, e é precisamente por isso que é relevante que o presente estudo beneficie de uma análise discursiva que incorpore tanto elementos linguísticos como visuais (Robinson, 2018).

No que concerne à geopolítica, tal perspetiva é particularmente útil. O estudo da geopolítica na sua vertente crítica consiste na ideia de que a geopolítica é um conjunto de perspetivas sobre como olhar e caracterizar o mundo, e essa caracterização tem uma componente visual importante, nomeadamente através da mobilização de mapas, tabelas, fotografias, entre outros (Dodds, 2007:4).

Assim, importa introduzir a contribuição da teorização da política visual por Roland Bleiker (2018), que começa por afirmar que, por mais diversificadas e complexas que sejam as imagens visuais, todas elas têm em comum o facto de terem um funcionamento diferente das palavras. O seu argumento passa por expôr o papel performativo, tanto de imagens como de diferentes artefactos visuais, no âmbito da relação com a formação e enquadramento de identidades - nomeadamente geopolíticas. O autor argumenta que as imagens possuem um carácter universal, no sentido em que, ao contrário da linguagem falada (que requer um conjunto particular de conhecimentos para ser entendida), o

acesso à visualização e leitura da imagem é mais imediato, mesmo que diferentes interpretações possam daí advir.

Citando Hariman & Lucaites (2007), Bleiker salienta o poder das imagens que acabam por se transformar em ícones, isto é, que representam eventos históricos relevantes e que ativam uma forte identificação e resposta emocional por parte dos sujeitos, sendo reproduzidas numa ampla variedade de instrumentos de comunicação como nos *media*. Nesse sentido, essas imagens fazem parte do tecido coletivo através do qual as pessoas e as comunidades atribuem determinada carga normativa aos eventos que decorrem, capturando a essência política dos mesmos. É nesta ótica que será analisado, no Capítulo 4, a representação dos refugiados ucranianos nos principais *media* portugueses, de maneira a discernir sobre as implicações dessa representação em termos políticos.

As fotografias são uma ferramenta útil para ilustrar como a política visual funciona. As fotografias são, para Berger (2013), um testemunho de uma escolha humana exercida numa determinada situação, sendo o resultado da decisão do fotógrafo em registar um certo evento considerado relevante, o que é particularmente notório nas fotografias que estão no domínio público. O autor argumenta que as fotografias não celebram, por si só, apenas o evento que é retratado; é antes a realização de que um determinado evento, num momento particular, é digno de ser registado, resultando de uma escolha consciente por parte de quem fotografa. Afirma, portanto, que o verdadeiro conteúdo das fotografias é invisível, dado que, no seguimento da escolha em fotografar um determinado momento, está latente o polo oposto - correspondente àquilo que se escolheu não representar.

Esta caracterização vai contra à perceção comum segundo a qual a fotografia é considerada como a ilustração objetiva de uma certa realidade - um retrato aparentemente neutro que reproduz as condições observáveis do real. Bleiker (2018) considera que as fotografias são sempre representações efetuadas a partir de um determinado ângulo, salientando e conseqüentemente ocultando certas dimensões dessa mesma realidade. Assumindo, portanto, uma suposta autenticidade, as fotografias são parte integrante dos processos políticos, e é precisamente a aparência da autenticidade que torna as fotografias um instrumento importante - uma vez que permite a transmissão de significado associado a esses processos políticos a audiências que normalmente estão fisicamente distantes dos eventos ocorridos.

Este processo é particularmente relevante quando, no quadro do estudo da geopolítica, se procede à representação de espaços geográficos, e é precisamente através de meios visuais - como é o caso das imagens, fotografias, mapas, que esses espaços se materializam visualmente (Dodds, 2007). Os mapas - representando imagens de um espaço geográfico e político, são, à semelhança das fotografias, parte integrante de processos políticos, ao contrário da ideia do mapa como representação neutra e objetiva da realidade física (Dodds, 2007). Citando Yves Lacoste, Dodds (2007) explica que os mapas são:

(...) perhaps the central referent of geography, is, and has been, fundamentally an instrument of power. A map is an abstraction from concrete reality, which was designed and motivated by practical (political and military) concerns; it is a way of representing space, which facilitates its domination and control. To map. . . serves the practical interests of the State machine.

Bleiker (2018) considera essa representação que ocorre através das imagens como um aspecto inevitável dos processos políticos, ainda que assumindo que a tarefa de mensurar os seus impactos não seja evidente. Isto porque as imagens funcionam de forma complexa, cruzam fronteiras físicas e temporais nos mais diversos contextos - principalmente num quadro de multiplicação dos veículos de transmissão de informação, sejam eles as redes globais dos media, os *social media*, etc.

Assim, é raro que as imagens tenham um impacto direto e evidente nos acontecimentos da política internacional sendo que na maior parte dos casos, o seu impacto é mais difuso. O autor afirma mesmo que a causalidade não constitui o conceito correto para avaliar os impactos políticos das imagens, falando antes de “causalidade discursiva”. Por “causalidade discursiva” Bleiker entende o processo através do qual as imagens transgridem inúmeras fronteiras - sejam espaciais, psicológicas e linguísticas, e que o seu efeito é gradual no tempo e no espaço, funcionando como um vetor que enquadra a forma como vemos, falamos e pensamos sobre determinados eventos políticos.

Capítulo 2 - A inclusão da Ucrânia ocorre através da deslocação da fronteira discursiva do espaço europeu para Leste

Nesta primeira parte será mapeado o conceito de “discurso” e a sua mobilização pelas várias teorias que informam a análise das RI. Será priorizada a abordagem que assume o seu carácter produtivo e a respectiva relevância para a compreensão das representações geopolíticas, nomeadamente no processo de integração do território ucraniano no espaço europeu e conseqüentemente, da assimilação da Ucrânia à identidade europeia.

2.1. O discurso como elemento produtivo na construção da realidade

É importante começar o presente estudo salientando que todos os posicionamentos teóricos são dependentes de determinados pressupostos sobre ontologia (teoria do ser - que enquadra aquilo que é considerado o objeto estudado), sobre epistemologia (teoria do conhecimento - que enquadra a forma como o conhecimento é obtido) e sobre metodologia (teoria dos métodos - que enquadra a forma como os dados são recolhidos). Desta forma, diferentes posicionamentos nestas três dimensões da produção de conhecimento orientam os investigadores para prioridades diferentes e em consequência, para resultados diferentes - e é precisamente por isso que importa analisar as diferentes perspectivas associadas ao estudo das RI e as suas respectivas implicações para a produção de conhecimento (Kurki & Wight, 2013).

Começando por mapear a evolução da disciplina das RI, constata-se que mesmo tendo-se desenvolvido à luz da criação de múltiplos conjuntos de argumentos sobre paradigmas ou abordagens, manteve durante décadas uma base epistemológica positivista, replicando na investigação das ciências sociais os mesmos preceitos das ciências naturais face a uma realidade objetiva passível de permitir formulações gerais sobre o funcionamento do mundo. Desta forma, pressupõe-se que o conhecimento científico é produzido através da recolha de dados observáveis que, por sua vez, permitem a formulação de leis gerais. (Kurki & Wight, 2013). Tal implica a suposição de uma linguagem científica universal e neutra, utilizada para a descrição objetiva do mundo exterior pelo observador - que é capaz de produzir conhecimento através da enunciações que são verdadeiras, caso corresponderem aos factos observáveis, ou falsas caso tal não aconteça (Campbell, 2013). Esta influência indiscutível do positivismo nas RI moldou a forma como se teoriza na disciplina, uma vez que proporcionou um

enquadramento para aquilo que eram consideradas questões e formas de conhecimento válidas e inválidas (Kurki & Wight, 2013).

De facto, a forma como as RI surgiram enquanto disciplina autónoma e como se desenvolveram ao longo do tempo é um testemunho disso mesmo. O surgimento das RI é normalmente datado do final da Primeira Guerra Mundial, momento histórico que obrigou a questionamentos sobre o funcionamento do sistema internacional, à luz da verificação da violência que foi possível ser engendrada. Desta forma, as raízes da disciplina prendem-se com preocupações sobre a guerra e a paz, e as características do sistema internacional que permitem essas possibilidades. Emergiu assim a formulação realista que pressupunha o poder como elemento central das relações internacionais e a guerra como atividade normalizada no quadro do esquema de comportamentos do Estado, na defesa do seu território e da sua própria sobrevivência. Já no quadro dos resultados da segunda guerra mundial, a emergência da posição hegemónica dos EUA no sistema internacional tornou igualmente possível a proliferação da produção académica no campo das RI, nomeadamente através de formulações teóricas que iam ao encontro daquilo que era a prossecução da política externa dos EUA na defesa dos seus interesses pelo mundo, congruentes com a centralidade do poder e da defesa dos interesses nacionais, nomeadamente na oposição fundamental à União Soviética e no que esta representava em termos de sistema político e possível expansão para as zonas de influência dos EUA (Dalby, 1991).

A partir dos anos 70 e 80 do século XX, ocorreu uma mudança importante na própria orientação da disciplina das RI e da geopolítica em particular. O contexto do fim da Guerra Fria representou um marco histórico importante, uma vez que orientou as preocupações da disciplina - dominada pela ideia de regras gerais num mundo objetivo e relativamente estático, para a ideia de mudança - enfatizando a dimensão social das RI, nomeadamente em matéria de normas e principalmente de linguagem. A ênfase positivista na unidade individual (seja humana ou estatal) deixa de fora a problematização de como é que a unidade individual é constituída e como é que se justificam as mudanças nessa constituição, e é neste sentido que a linguagem surge como relevante na sua relação tanto com a cognição individual como com o mundo material (Kurki & Wight, 2013).

Desta forma, a linguagem merece um destaque particular na análise, dado ser um elemento que esteve no centro de uma mudança fundamental no campo das sociais em geral e em RI em particular. É a partir do século XX que a linguagem começa a constituir um papel cada vez mais importante na investigação científica, tendo estado no cerne da chamada virada linguística¹¹, também associada ao desenvolvimento da filosofia analítica. Campbell (2013), remetendo para a obra de Rorty (1967), explica que a virada linguística consistiu, de maneira geral, na rejeição da ideia de que a linguagem é um meio transparente e neutro através do qual o mundo pode ser compreendido, “a view that suggested it was possible to get ‘behind’ language and ‘ground’ knowledge in the world itself?”, visão essa que foi substituída pela inclusão da linguagem como inserida nas práticas sociais e inseparável do próprio mundo que tenta compreender.

Olhando para o impacto da virada linguística no campo de estudo das RI, importa salientar que emergiu uma crescente sensibilidade em relação às dimensões linguísticas e comunicativas da vida social, e os investigadores em RI, baseando-se num corpo de conhecimento múltiplo e diverso, começaram a refletir sobre o papel da linguagem na constituição de significados, de percepções, de identidades e da própria realidade social - tomando o discurso como conceito teórico fundamental, uma vez que é através do discurso que essa constituição se manifesta (Milliken, 1999; Holzscheiter, 2014).

É neste sentido que se torna proeminente a rejeição do positivismo em matéria de produção de teoria social e política nas RI - estando no cerne daquilo a que se chama o Quarto Grande Debate, caracterizado pela crítica ao positivismo em explicar os fenómenos em termos de mudanças históricas. Esta rejeição visa principalmente a apropriação, dentro das teorias hegemónicas nas RI, da ideia de que o mundo é analisado tal e qual como ele é, e que as formas de vida social construídas pelos atores sociais - sejam elas a produção de ciência ou os procedimentos em termos de ação política, são uma realidade naturalmente dada aos agentes. Esta contestação surgiu, em maior ou menor intensidade, na forma de novas abordagens à disciplina, de entre as quais destacam-se a Teoria Crítica, o Pós-colonialismo, o Feminismo e o Pós-estruturalismo - no qual a linguagem tem o papel mais proeminente (Dalby, 1991; Fierke, 2002).

¹¹ Termo originalmente associado aos trabalhos de Wittgenstein, nomeadamente à obra *Tractatus Logico-philosophicus* (1922) e mais tarde *Philosophical Investigations* (1958). O termo foi popularizado anos mais tarde, sendo de salientar a obra de Richard Rorty, *The Linguistic Turn* (1967), na qual coletou um conjunto de ensaios relevantes sobre a virada linguística.

Um dos conceitos fundamentais associados à introdução da linguagem no estudo das RI é o discurso. Um primeiro entendimento do conceito de discurso consiste em considerá-lo como um conjunto de estruturas de significação que constroem a realidade social. Nesta ótica, os discursos operam como *background capacities*, isto é, proporcionam aos atores um conjunto de atributos que permitem identificar, diferenciar e posicionar-se quanto aos elementos da realidade social, que por sua vez é alimentada e dinamizada por esses mesmos elementos. Subjacente a esta ideia está uma compreensão construtivista do significado - no qual o mundo material não é uma realidade objetiva independente da experiência; em vez disso, os atores participantes na realidade social constroem o significado das coisas materiais e não materiais que dela fazem parte (Milliken, 1999). Desta forma, de maneira geral os construtivistas utilizam a noção de discurso quando pretendem identificar e operacionalizar ideais, identidades ou normas - sublinhando o facto de estes serem simultaneamente o resultado de práticas discursivas e constituídos por estruturas de significado socialmente compartilhadas (Holzscheiter, 2014)¹².

Autores da Teoria Crítica deram igualmente importantes contributos no que concerne aos estudos discursivos nas RI. Um desses autores foi Habermas, tendo introduzido a dimensão linguística à ação racional através da distinção entre uso estratégico da linguagem e uso comunicativo. O uso estratégico da linguagem é instrumental - na qual um ator estratégico exerce uma influência causal, através de ameaças e recompensas, sobre os outros para agir de acordo com um determinado objetivo. Já o uso comunicativo da linguagem é orientado para alcançar a compreensão e o consenso através de um processo dialógico (Fierke, 2002).

Assim, o que Habermas introduz é o carácter deliberativo do discurso, tendo formulado uma teoria deliberativa do discurso que pressupõe haver um potencial transformador da política internacional (Holzscheiter, 2014). Efetivamente, o que Habermas propõe - no quadro do uso comunicativo da linguagem, é uma situação de discurso na qual os

¹² O corpo de literatura que concerne à relação entre construtivismo e discurso é múltiplo e diverso. Ainda assim, duas correntes distintas podem ser identificadas: *Thin Constructivism* e *Thick Constructivism*. O primeiro assume que o discurso é apenas uma das formas possíveis de interação social, dependendo de um enquadramento institucional e normativo no qual as interações comunicativas ocorrem. Já o segundo assume que nenhuma realidade social pode ser concebida fora do discurso - que é considerado um conjunto de estruturas de significado que orienta o comportamento dos indivíduos; é, portanto, constitutivo da própria realidade (Holzscheiter, 2013).

indivíduos deliberam conjuntamente num processo comunicativo baseado na racionalidade em direção a um resultado que surja do “poder do melhor argumento” :

Whoever takes part in moral argumentation must be able to assume that certain pragmatic presuppositions are sufficiently fulfilled, that is, that the practice of reaching understanding is public, is universally accessible, is free of external and internal violence, and permits only the rationally motivating force of the better argument. (Habermas, 1996: 182).

De maneira geral, o que Habermas propõe é uma reavaliação das formas de racionalidade desenvolvidas ao longo da história, acreditando que a razão encerra em si mesma um potencial emancipatório, e que é através da ação comunicativa que esse potencial se revela, havendo a possibilidade de atingir padrões éticos universais que possibilitem a criação de comunidades políticas mais benéficas para os seres humanos (Nogueira & Messari, 2005: 188).

Ao contrário de pensadores como Habermas, os autores da tradição pós-estruturalista duvidam da capacidade de reformar a relação que estabelecemos com a racionalidade, uma vez que assumem que a razão é inseparável das relações de poder que permitem precisamente produzir certas “verdades” científicas (Nogueira & Messari, 2005: 188). De facto, importa sublinhar a insuficiência da consideração de que o discurso permite a constituição de capacidades de fundo para que as pessoas compreendam o seu mundo social. Um novo compromisso teórico associado à utilização do discurso na análise das RI é introduzido pela corrente pós-estruturalista consistindo na produtividade do discurso - ou seja, como o discurso produz essa mesma realidade social (Milliken, 1999).

O carácter produtivo do discurso é melhor ilustrado por Foucault, que formulou a sua noção de discurso em torno do nexa conhecimento-poder - assumindo a co-constituição e interdependência dos mesmos. Os discursos são para ele estruturas de sentido que são institucionalizadas, produzindo e inevitavelmente perpetuando assimetrias de poder. O discurso é, portanto, um produtor de coisas constituídas pelo próprio discurso, que define e legitima os atores autorizados e legitimados a falar e a agir (Milliken, 1999).

Assim, contrariamente a Habermas - que olha para o discurso numa lógica de possibilidade de agência e mudança, Foucault apresenta uma definição de discurso que enquadra a possibilidade de agência dos sujeitos dentro de certas estruturas de poder e de conhecimento. O discurso é assim um sistema de representação que se manifesta

através de práticas particulares institucionalizadas na vida social, cujas regras “são sustentadas por todo um sistema de instituições que as impõem e reconduzir; enfim, que não se exercem sem constrangimentos, nem sem uma parcela de violência” (Foucault, 1997: 13). Desta forma, Foucault argumentaria que o discurso do Ocidente (e da UE em particular) sobre o “não ocidental” tem implicações na forma como este último é produzido enquanto realidade concreta, despoletado um certo tipo de comportamento em detrimento de outro (Hall, 2018).

Assim, para Foucault os discursos são sempre situados social, cultural e historicamente, cuja produção de conhecimento corresponde a estruturas de poder social e historicamente circunscritas:

Em toda a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos que têm por base esconjuram os seus poderes e perigos, dominar o seu acontecimento aleatório, esquivar a sua pesada e temível materialidade. (Foucault, 1997: 9)

O que esta noção de discurso nos propõe é a ideia de que qualquer realidade é mediada por modos de representação - representação essa que não é uma mera descrição de um mundo factual - como pretende o conhecimento que emana da corrente positivista, é antes uma forma de fabricar a ideia daquilo que é considerado factual. Desta forma, “Whether a given aspect of social reality is a matter of contention or is regarded as natural and unproblematic, meaning is always imposed, not discovered, for the familiar world cannot be separated from the interpretative practices through which it is made” (Shapiro, 1989).

Assim, essas formas de *reality-making* constituem um objeto de análise relevante uma vez que permitem indagar 1) a quem é concedida a autoridade narrativa que concretiza a produção e a reprodução do discurso; 2) os efeitos associados a essas formas de representação dominantes em termos de comportamentos, adoção de políticas, etc. e 3) as possibilidades de apresentar novas alternativas a essas mesmas formas de representação prevalentes (Milliken, 1999; Shapiro, 1989). Para efeitos do presente trabalho, assume-se que a autoridade narrativa associa-se às figuras dos *intellectuals of statecraft*¹³ (dos quais a figura do/da Presidente da CE constitui um exemplo), que possuem o poder de caracterizar normativamente os espaços geográficos (O'Tuathail & Agnew, 1992). É, portanto, no segundo e terceiro elemento que será focada a análise.

¹³ Conceito que será explorado no Capítulo 2.2.

Nessa mesma linha, à medida que o pensamento pós-estruturalista foi evoluindo ao longo do tempo, novas perspectivas foram sendo introduzidas no estudo das RI, nomeadamente no que respeita à chamada virada estética - que importa referir dado que servirá de base para a análise da política visual relativa às representações da guerra na Ucrânia. A abordagem estética constitui um processo que alargou ainda mais o âmbito do estudo dos fenómenos internacionais, passando a incluir elementos relacionados com imagens, narrativas e som (na literatura, artes visuais, cinema e cultura popular), considerando que estes são importantes para uma melhor compreensão desses mesmos fenómenos. Assim, o principal contributo da virada estética consiste na inclusão da perceção humana, da interpretação e da representação, que se podem materializar através de diversos modos, sendo que a presente dissertação irá focar-se nas imagens como principal veículo estético de representação. O que a abordagem estética permite é, portanto, assumir que existe uma lacuna inevitável entre os objetos que são representados e a forma como o são representados, e ao invés de tomar essa lacuna como um obstáculo ao conhecimento, assume-se, pelo contrário, a sua aceitação. Tal como explica Bleiker (2001), “aesthetic approaches (...) recognise that the difference between represented and representation is the very location of politics”.

2.2. Da teoria à análise discursiva: a potencialidade da corrente pós-estruturalista

Tendo mapeado as várias formas de conceber a definição de discurso, importa agora apresentar as diferentes possibilidades a nível de construção teórica e posterior análise, apresentando para o efeito as principais categorias presentes nos estudos discursivos. Os estudos discursivos constituem uma área de estudo diversificada, interdisciplinar e multidimensional que engloba a teoria discursiva e a análise discursiva.¹⁴ Globalmente, a teoria discursiva representa o conjunto de corpos de pensamento (englobando conceitos, quadros teóricos, hipóteses, etc) , cujas abordagens se apoiam num conjunto altamente variado de quadros conceituais e lentes analíticas. Já a análise discursiva tem uma orientação prática, englobando um conjunto de metodologias cujo intuito passa por examinar as representações da realidade social e as opções disponíveis a nível da ação política, dependendo daquilo que é incluído e também excluído dessas mesmas representações (Holzscheiter, 2014).

¹⁴ O presente estudo constitui um exemplo de análise discursiva, uma vez que mobiliza a teoria discursiva para a análise prática da representação da identidade ucraniana pela UE.

Os estudos discursivos encerram em si algumas linhas de diferenciação em torno das quais grande parte das contribuições nesta área convergem, dependendo da variação da definição de “texto”, bem como da relevância do contexto em que é incorporado esse texto (Holzscheiter, 2014). Daí emanam duas linhas de análise ao longo das quais é possível inserir o estudo do discurso: o eixo micro-textual / macro-textual e o eixo micro-contextual / macro - contextual.¹⁵ No que concerne ao eixo textual, a dimensão micro implica uma definição de texto (ou discurso) intimamente relacionada com a linguagem, enquanto a dimensão macro usa uma definição mais ampla de texto, que pode ser considerado como materialização de significado e/ou ideologia. No que concerne ao eixo contextual, a dimensão micro confina o contexto a configurações sociais específicas enquanto que a dimensão macro considera a realidade social dentro do conjunto de processos de geração de significado que lhes está associado (Carpentier & De Cleen, 2007).

Daí surge que um posicionamento orientado para o micro-textual e micro-contextual concebe o discurso na sua dimensão interacional, no sentido de enfatizar os aspectos comunicativos, pragmáticos do discurso. Os autores que partem desta ideia tendem a focar o seu interesse empírico a eventos comunicativos claramente demarcados, as características do contexto em que eles decorrem e a qualidade do intercâmbio argumentativo. Por outro lado, um posicionamento orientado para o macro-textual e macro-contextual concebe o discurso na sua dimensão estrutural, no sentido em que se focaliza no conjunto de estruturas de significação historicamente construídas. Aqui, os autores proponentes deste entendimento privilegiam uma ampla gama de textos e eventos, cobrindo períodos históricos maiores. (Holzscheiter, 2014).

Em termos metodológicos, importa apresentar duas linhas diferenciadas em termos da análise discursiva propriamente dita. A primeira, correspondendo à Análise Crítica do Discurso (ACD), parte da premissa de que a prática da análise discursiva deve ser metodologicamente fundamentada numa análise linguística detalhada e rigorosa dos textos (Dahlberg & Phelan, 2013). De maneira geral, os autores proponentes da ACD¹⁶

¹⁵ É de notar que o presente estudo se posiciona na categoria macro, tanto no eixo textual como no eixo contextual.

¹⁶ Dentro dos principais autores, é de salientar: Teun Van Dijk no quadro da abordagem sociocognitiva; Ruth Wodak e a escola austríaca no quadro da abordagem discursivo-histórica; Norman Fairclough no quadro da abordagem realista crítica e neo-marxista; e Paul Clinton no quadro da abordagem discursiva política.

interessam-se pela forma como o discurso (re)produz processos de dominação social - conceito definido por Teun van Dijk (2009) como abuso de poder baseado e legitimado por ideologias (crenças sociais fundamentais que organizam e controlam as representações sociais dos grupos e dos seus membros).

Globalmente, uma das grandes preocupações da ACD passa pela compreensão de um dos mais importantes efeitos causais do texto - o efeito ideológico dos textos em inculcar e sustentar ideologias (Fairclough, 2004). Numa abordagem que é considerada *problem-oriented*, estes autores propõem-se a identificar e a expor essas dinâmicas num primeiro momento, para criar a possibilidade de os grupos dominados resistirem discursivamente a esses abusos. Em termos metodológicos, para os autores proponentes desta abordagem o momento discursivo operacionaliza-se principalmente através da análise concreta de textos, que são tipicamente examinados com referência a uma descrição do contexto social relevante e explicados com referência à teoria social subjacente à análise (Dahlberg & Phelan, 2013).

Uma segunda linha diferenciadora baseia-se no corpo de conhecimento pós-estruturalista, e Milliken (2009) enumera diferentes ferramentas metodológicas ao dispor dos analistas. De forma não extensiva, importa mencionar o método da desconstrução de Derrida, que consiste na denúncia da natureza contingente dos discursos através de uma análise textual que reverte e desloca os pólos de oposição e as categorias que normalmente são caracterizadas, permitindo a emergência de uma nova perspetiva e por conseguinte de uma nova verdade. Segundo, o método da justaposição (utilizado por David Campbell) consiste em confrontar aquilo que é a “verdade” que emana de um certo discurso com factos, eventos e problemáticas que essa “verdade” falha em reconhecer ou explicar. Terceiro, a identificação de saberes subjugados (Richard Ashley, Roxanne Doty) que consiste em explorar esses elementos que “a verdade” falha em reconhecer, destacando o seu potencial emancipador através da produção de novos discursos que contestem os discursos dominantes. Finalmente, o método genealógico de Foucault - que consiste em analisar a formação de discursos dominantes à luz de uma análise histórica que permite identificar relações de poder nas quais a unidade que liga o presente ao passado é artificialmente construída.

Uma das principais críticas apontadas à teoria discursiva pós-estruturalista consiste na ideia do relativismo associado ao discurso como produtor da realidade, ideia que

Carpentier & De Cleen (2007) recuperam dos escritos de Butler (1997), que afirma, ironicamente: “discourse is all there is, as if discourse were some kind of monistic stuff out of which all things are composed; the subject is dead, I can never say ‘I’ again; there is no reality, only representation”. Já Howarth (1998) cita Woodiwiss (1990), que, referindo-se diretamente à teoria discursiva de Laclau e Mouffe, afirma: “their anti-realism leads them to deny that objects outside discourse may be known, their materialism leads them to claim that objects that exist in discourse are real”, opondo-se à ideia de que não existe um universo de objetos para lá do discurso. Ora, o que Laclau e Mouffe propõem não é a inexistência de um mundo material que não esteja contido no discurso; o que propõem é que a realidade material obtém o seu significado dentro dos discursos onde essa realidade material é constituída como objeto (Howarth, 1998). Esta ideia é explicitada pelos autores da seguinte forma:

An earthquake or the falling of a brick is an event that certainly exists, in the sense that it occurs here and now, independently of my will. But whether their specificity as objects is constructed in terms of 'natural phenomena' or 'expressions of the wrath of God', depends upon the structuring of a discursive field. What is denied is not that such objects exist externally to thought, but the rather different assertion that they could constitute themselves as objects outside any discursive condition of emergence. (Laclau & Mouffe, 2001: 108)

Outra das questões importantes que é apontada consiste na passagem da teoria discursiva para a análise discursiva, nomeadamente na dificuldade de estabelecer, em termos metodológicos, um conjunto de princípios orientadores na aplicação adequada dos conceitos teóricos do discurso. Howarth (1998) afirma que os autores proponentes da teoria discursiva numa ótica pós-estruturalista não têm delineado nenhuma regra; pelo contrário, a única regra metodológica clara que os autores propõem consiste numa não-regra, devendo o processo de pesquisa considerar a especificidade de cada caso de estudo. A título de exemplo, o método arqueo-genealógico de Foucault aspira a uma constante "história do presente"; por seu lado, o método da desconstrução de Derrida compreende a "singularidade" de cada leitura desconstrutiva, que não pode ser reduzida a qualquer teoria geral ou método de desconstrução. Ora, esta crítica pode ser transformada num atributo positivo, uma vez que permite precisamente alargar a perspectiva do analista para lá de um paradigma pré-estabelecido através do qual todo e qualquer fenómeno pode ser compreendido.

2.3. A representação da Ucrânia evoluindo para uma integração no espaço europeu

É precisamente essa a perspectiva que será mobilizada para o presente trabalho. Müller (2008) notou que o conceito de discurso tem estado no centro do campo da geopolítica crítica desde o começo. Referindo-se às discussões relativas à utilização do conceito de discurso na geopolítica crítica, identificou as principais dimensões através das quais a análise discursiva é mobilizada. A primeira concerne ao contexto da análise, isto é, aos elementos que não estão explicitamente expressos nos dados recolhidos, mas que são considerados como necessários para um quadro interpretativo que permita a compreensão das fixações de significado que ocorrem nos discursos. Desta forma, a análise dos fenómenos e identidades geopolíticas manifestadas nos discursos (sendo as identidades geopolíticas exploradas posteriormente em maior pormenor) inclui a sua inserção nas mudanças das condições sociais e políticas das diferentes épocas. O segundo elemento concerne à dimensão analítica da análise dos discursos geopolíticos, que pode estar mais orientada para a interpretação do conteúdo dos discursos e intencionalidade dos atores que os proferem - como é o caso da instrumentalização das identidades nacionais para a obtenção de certos fins políticos, ou antes para a análise dos processos e mecanismos inerentes à formação e reprodução desses discursos. O autor argumenta que as duas perspectivas não são mutuamente exclusivas, implicando para o investigador uma escolha de foco e priorização analítica. Uma terceira dimensão política implica questionamentos em matéria dos pressupostos ideológicos que suportam os discursos geopolíticos, bem como a sua capacidade produtiva dessas mesmas ideologias - o que faz com que seja uma interação de reforço mútuo.

De maneira geral, os estudos da geopolítica crítica podiam ser categorizados segundo as linhas de diferenciação refletidas nos três elementos acima mencionados. No entanto, Müller (2010) explica que novas preocupações emergiram no seio da disciplina, sendo uma delas a perceção dos micro contextos e práticas quotidianas como relevantes no processo discursivo de construção de identidades. Para além disso, tem-se verificado um interesse crescente na mobilização do corpo de conhecimento pós-estruturalista para a compreensão das identidades geopolíticas, focando a análise na fixação, competição e mudança das estruturas discursivas que ocorrem independentemente da intenção de atores individuais, perspectiva congruente com o objetivo do presente trabalho. De facto, o que é relevante para o presente trabalho é compreender as diferentes estruturas

discursivas que originaram uma mudança da identidade ucraniana à luz da identidade europeia.

Para tal, importa começar por explicar no que é que consiste a identidade europeia. A Europa identifica-se, em primeiro lugar, como um espaço moderno que remonta à sua própria história, através de certas narrativas e mitos de fundação. A história da Europa é uma história liberal, com referência ao seu papel na atribuição e defesa dos direitos individuais, bem como a tentativa de universalização desses mesmos direitos (através da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 e da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948). A Europa identifica-se igualmente como um espaço democrático, remontando à origem da democracia na Grécia Antiga. É também um espaço de paz, principalmente associado à experiência da reconstrução e integração europeia no pós segunda-guerra. Esta caracterização, argumenta (Bhambra, 2009), leva a Europa a reivindicar para si mesma uma especificidade europeia referindo-se a um património cultural comum que consolida a sua própria identidade, principalmente no contexto do projecto europeu do pós-guerra.

Assim, importa afirmar que definir a Europa, tal como em qualquer projeto de construção de identidade, é necessariamente um exercício político e, portanto, aberto à contestação (Bhambra, 2009). Partindo da assunção de que a Europa encerra em si mesma uma dimensão material (isto é, é um local geográfico que corresponde a um território composto por recursos, habitado por pessoas e organizado segundo um determinado sistema político), acrescenta-se que é, simultaneamente, um local mitológico, imaginário sem uma delimitação espacial fixa, havendo a potencialidade de abarcar ou não certos territórios caso estes se alinhem ou não com a caracterização da Europa previamente exposta (Kuus, 2004; O'Tuathail & Agnew, 1992).

Para analisar a evolução do discurso da UE em relação à Ucrânia, importa introduzir um dos *nodal points* identificados que consiste em “espaço europeu”, analisando numa lógica relacional a atribuição de significado ao espaço geográfico europeu.

Na crise de 2014, a articulação em torno do significado do espaço europeu face ao posicionamento da Ucrânia ocorreu através dos seguintes elementos: continente europeu

- política de alargamento - Parceria Oriental¹⁷ - parceria - cooperação - abertura - convergência - reforma.

Let me close by sharing with you my vision for the **European continent**. It is one of **openness** to all partners and to the world, of **cooperation** based on common values and principles, of free and integrated economies, and respect for the free will of the people.(...) It is on this vision that the European Union has built its **enlargement policy** and its **Eastern Partnership**. It is on this vision that we have worked all these years to deepen our **partnership** with **Russia** and other countries in the region. (European Commission, 2014b)

The people of Ukraine have lived for too long in a **country of transition**: enduring decades of missed opportunities. They aspire and long to live in a modern, **European country**, in a stable economy, in a sound and fair political system. That is what they have protested for, that is what they have voted for, that is the government they have elected. (...) Second, for those in Ukraine who call for closer ties with the EU. **Reform** will make that process easier. Ukraine is a European country. But only reform can make you **converge** closer to the **European family**. (European Commission, 2015)

Durante os acontecimentos de 2014, a visão da UE relativamente ao espaço europeu consistia em atribuir ao continente europeu - incluindo o espaço extra UE que abarca tanto a Ucrânia como a Rússia, uma mesma carga normativa baseada na abertura e na cooperação mútua face à potencialidade de atingir valores comuns, normalmente associados à construção da UE: princípios de integração, seja económica ou política, bem como de liberdade e proteção dos direitos individuais e coletivos.

Essa potencialidade é tanto atribuída à Ucrânia como à Rússia. No que concerne à Ucrânia, a cooperação com a UE materializa-se na sua participação na Parceria Oriental, o que demonstra a percepção da sua potencial convergência com os países pertencentes ao espaço da UE. Existe uma fina demarcação entre o espaço geográfico europeu e o espaço geográfico da UE em termos normativos, uma vez que este último é apresentado como sendo já um baluarte da estabilidade económica e política ao qual é possível a Ucrânia aspirar e possivelmente transitar através de uma iniciativa política orientada para as suas reformas internas. No que concerne à Rússia, ainda que essa possibilidade não se materialize através da Parceria Oriental, declara-se igualmente a disponibilidade para fortalecer a parceria e a cooperação entre as partes, estando a UE numa postura de abertura relativamente a esse processo.

¹⁷ Lançada em 2009, consiste numa iniciativa conjunta da UE com 6 parceiros da Europa Oriental e do Sul do Cáucaso: Arménia, Azerbaijão, Bielorrússia, Geórgia, República da Moldávia e Ucrânia. O seu principal objetivo é o fortalecimento das relações políticas e económicas.

Em 2022, a articulação em torno do significado da posição ucraniana no espaço europeu sofre alterações e passa a incluir os seguintes elementos na cadeia de equivalência: capital europeia - rosto europeu - ideia europeia - destino europeu. Ao mesmo tempo, estabelece-se uma cadeia de equivalência que articula os elementos: arma - agressão - autocracia.

War has returned to Europe. Almost thirty years after the Balkan Wars, and over half a century after Soviet troops marched into Prague and Budapest, civil defense sirens again went off in the heart of a **European capital**. (...) This is a **clash** between the rule of law and the rule of the gun; between democracies and autocracies; between a rules-based order and a world of naked aggression. (European Commission, 2022)

One year on, Russia has completely **alienated itself from Europe**, its most important economic relationship, and is isolated on the world stage. (European Commission, 2023a)

It is thanks to President Zelenskyy – thanks to the people of Ukraine – thanks to all of us sticking together – that **Europe's face** is changing once again. Ukraine incarnates everything the **European idea** is living for: the courage of convictions, the fight for values and freedom, the commitment to peace and unity. This is why I am convinced that Ukraine will prevail, it will win peace and make its **European destiny** come true. (European Commission, 2023c)

Daqui se depreende, em primeiro lugar, a ausência da demarcação entre espaço europeu e espaço UE, uma vez que ambos os espaços apresentam a mesma carga normativa. É precisamente essa a ideia veiculada por (Bhambra, 2009) que argumenta que “While the European Union and Europe are not co-extensive, the project of European construction is being ‘carried out in the name of Europe’ and it is this ‘that assures the legitimacy of the European Union’”.

Desta forma, a Europa na sua totalidade é representada como um espaço democrático e livre no qual os princípios fundamentais são respeitados e enquadrados pelo estado de direito. Em oposição a este espaço, para além das fronteiras da Europa (onde se situa a Rússia), encontra-se um espaço antagónico, representado como tendo um sistema político autocrático, não respeitante das liberdades individuais e do princípio de autodeterminação.

A partir destas representações, a posição da Ucrânia associa-se totalmente ao espaço europeu e ao que ele representa, enquanto que a Rússia é totalmente dissociada. Tal ideia torna-se clara através da referência à invasão das tropas soviéticas em Budapeste e Praga, em 1956 e 1968, respetivamente. Mais uma vez, ocorre a transferência de informação relacional que permite inferir que, à semelhança da Hungria e da República

Checa (estados-membros da UE), que sofreram um atentado à sua integridade territorial por uma força autoritária e desestabilizadora (a União Soviética), também a Ucrânia se encontra na mesma situação relativamente à Rússia.

De maneira geral, depreende-se que em 2014, o espaço geográfico ocupado pela Ucrânia e pela Rússia era representado como constituindo a vizinhança da UE na Europa do Leste, ou seja, nenhum dos espaços correspondia, normativamente, ao espaço considerado verdadeiramente europeu - caracterizado por um sistema político democrático no qual as liberdades (económicas, políticas, individuais e coletivas) são respeitadas. Kuus (2004) afirma que estas representações são altamente flexíveis e circunstanciais, não funcionando como uma categorização clara mas como uma atribuição contingente e flexível de propriedades “europeias” a diferentes zonas geográficas, o que vai igualmente ao encontro da definição do significado de Laclau e Mouffe - o significado nunca é fixo, estando aberto à contestação e à mudança ao longo do tempo através da articulação discursiva, e é precisamente isso que se verificou na análise efetuada. Desta forma, o que ocorreu foi uma deslocação da fronteira discursiva que separa a Europa da Europa do Leste (Kuus, 2004) enquanto espaço geográfico, ao absorver a Ucrânia no seu território e excluindo veementemente a Rússia.

Capítulo 3 - A expansão russa implica, no discurso geopolítico europeu, agir militarmente em defesa da paz

Nesta segunda parte, importa analisar com maior profundidade o corpo de conhecimento produzido sobre a geopolítica de forma a compreender as implicações para a produção de conhecimento e de representação dos lugares, em particular como a Rússia foi sendo representada no discurso geopolítico. Tal será útil para discernir sobre o universo de possibilidades disponíveis em termos de ação política por parte da UE, quando essas representações se confrontam com a assimilação identitária da Ucrânia pela UE.

3.1. O contributo da geopolítica crítica: problematizando a suposta objetividade da disciplina

Enquanto termo utilizado na academia, a geopolítica é apontada como tendo sido cunhada originalmente em 1899 por Rudolf Kjellen, um cientista político sueco que, refletindo sobre a natureza da política internacional, atribuiu à geopolítica o estatuto de ciência capaz de explicar, através de leis naturais que ocorriam no espaço geográfico natural, o comportamento político. De maneira geral, a geopolítica era entendida na sua capacidade de explicar a formação e desenvolvimento dos Estados, com base no papel do território e dos recursos, que na altura em que foi formulada, era parte integrante do conhecimento dos Estados ocidentais, orientados para a manutenção e expansão dos seus impérios. (Dodds, 2007; Ó Tuathail, 1998). Importa igualmente introduzir a contribuição da geopolítica crítica, que apresenta uma definição que tem precisamente em conta o facto de que todos os conceitos têm uma história e uma geografia, e o termo “geopolítica” não é excepção. De facto, importa compreender que a própria geopolítica se situa dentro de formações discursivas específicas - seja na época imperialista do século XIX, na segunda guerra mundial, na Guerra Fria, na era pós-Guerra Fria etc, e, portanto, numa lógica contextual. (Ó Tuathail, 1998). Desta forma, relembra-se que o discurso foi-se constituindo como uma ferramenta teórica e analítica importante nas ciências sociais e humanas em geral, e no estudo das RI em particular. Tal é igualmente verdade para o estudo da geopolítica na sua vertente crítica, na qual o discurso assumiu um papel preponderante, precisamente por integrar reflexões relativas à produção do conhecimento que emanava da geopolítica clássica, contestando as suas premissas e problematizando a componente ideológica que lhe servia de suporte.

A geopolítica, considerada de forma consensual na sua forma clássica, consiste, portanto, na relação do poder político internacional com o seu contexto geográfico (Gray, 1988:4). No que concerne ao primeiro elemento desta definição, a política internacional engloba unicamente transações e relações entre estados-nação - nos quais algum elemento de oposição, resistência, luta ou conflito esteja envolvido, excluindo todos os outros atores não-estatais. Quanto ao segundo elemento da definição, a geografia dos locais que servem de palco às atividades humanas é tida como fator preponderante na evolução das ações políticas que as acompanham, impulsionando as escolhas tecnológicas que moldam as táticas, a logística, as instituições e as culturas militares, bem como a correspondente distribuição das capacidades políticas e militares na Terra (Sprout & Sprout, 1960; Gray, 1999). Daí surge que a geopolítica é considerada como um campo maioritariamente orientado para a ação, sendo a situação geográfica de um Estado um fator central à determinação dos seus interesses nacionais e, portanto, considera-se a geografia como o contexto físico no qual os atores projetam e executam estratégias (Gray, 1988: 71; Gray, 1999). A geopolítica crítica apresenta uma perspetiva diferente, com Ó'Tuathail (1996) a apontar para Yves Lacoste, geógrafo francês, como um dos principais atores a contribuir para o desenvolvimento da geopolítica crítica através da introdução da ideia da geografia como linguagem e como parte integrante do nexos poder/conhecimento. No seu livro *La géographie, ça sert, d'abord, à faire la guerre*, o autor começa por sublinhar que todo e qualquer processo científico está conectado a uma determinada história, devendo ser considerado na sua relação com as ideologias vigentes, com a prática e com o poder. Assim, no que concerne à suposta objetividade da disciplina e da ação do Estado enquadrada por leis “naturais”, Lacoste (2014) defende que a geografia deverá ser recolocada, como prática e como poder, no âmbito das funções exercidas pelo aparelho de Estado, para o controlo e a organização dos homens que povoam o seu território e nomeadamente para a guerra. De facto, a posição geográfica da Ucrânia e da Rússia, em termos físicos e materiais, permanece inalterada relativamente ao território da UE durante o período analisado. No entanto, em termos discursivos, a geografia da Ucrânia passa a ser representada segundo uma carga normativa diferente quando esta é invadida pela Rússia em 2022, tal como será analisado posteriormente.

Outros dos elementos fundamentais associados à noção da geopolítica consiste na centralidade do Estado como principal (e mesmo única) unidade detentora de ação do

campo da política internacional - uma vez que era o Estado que empreendia expedições militares quer para defender o seu território dos Estados concorrentes, quer para alargar o seu domínio territorial. Ratzel (1969) chegou mesmo a comparar o Estado a uma entidade orgânica que, ao longo da história, se torna cada vez mais ligada à terra em que existe - portanto ao território correspondente¹⁸. A fronteira compara-se ao órgão periférico do Estado, o portador de seu crescimento e a sua fortificação, participando em todas as transformações do seu organismo. Desta caracterização, é de sublinhar o carácter problemático da ideia hegemónica do Estado como secção territorialmente demarcada do espaço geográfico - na sua formulação dentro da tradição realista (Dalby, 1991) uma vez que exclui todo um outro universo de possibilidades que não se encontram enquadradas por essa definição. Dalby (1994) segue a mesma linha de pensamento, referindo-se às fronteiras não como um “órgão periférico do Estado”, mas antes como limites imaginários que permitem fazer a demarcação entre o espaço doméstico e o espaço internacional.

Esta caracterização suporta uma concepção da geopolítica como uma área de estudo imparcial e independente de qualquer consideração política ou ideológica (Gray, 1988: 93), uma vez que tanto os pressupostos associados ao comportamento dos estados como a própria realidade física na qual as suas ações se circunscrevem são tidas como durável e dificilmente mutáveis. Esta forma específica de olhar para a geopolítica está submersa numa tradição filosófica também ela específica, e é através da sua contextualização que a mesma faz sentido. É Ó Tuathail (1996) que chama a atenção para esta evidência, afirmando que a pretensa objetividade e neutralidade da disciplina fundamenta-se na visão cartesiana do mundo - tomado como uma realidade objetiva que existe por si mesma, estando completamente separada da consciência do intelectual - o sujeito que observa a realidade. Daí surge que a ciência é considerada como um conjunto de processos através dos quais o sujeito apenas observa e regista a caracterização do mundo exterior, da maneira mais abrangente e essencialista possível, anulando qualquer tipo de possibilidade que extrapola essa lógica específica. Assim:

Within science, the natural attitude sanctioned forms of knowledge concerned with the synchronic unfolding and display of essential forms and patterns. It facilitated the subordination of history to space and fostered the spatialization of perceived phenomena rather than their historization. This spatialization of objects and events in the world reduced history to a set of

¹⁸ Tendo escrito maioritariamente durante a virada para o século XX, acabou por ter uma forte influência nos ideólogos da Alemanha nazi, nomeadamente Karl Haushofer.

timeless essences, conflicts, and universal laws. The world is enframed and pictured as unchanging. History is an affair on the surface of nature, the true substratum of which the steadfast mental gaze of the observer seeks to objectify. (Ó Tuathail, 1996: 20).

Partindo desta caracterização, a geografia não passa do palco no qual os objetos são especializados e no qual os fenómenos naturais acontecem inevitavelmente. Esta despolitização naturaliza, portanto, a supremacia do interesse do Estado por via de fenómenos como o militarismo, o expansionismo e o imperialismo, vistos como fenómenos naturais de luta pela reconfiguração da espacialização dos diversos recursos ao seu dispor e não como fenómenos altamente complexos e multidimensionais abertos à interpretação (Ó Tuathail, 1996).

Desta forma, é importante considerar que esta visão da geopolítica está temporal e espacialmente circunscrita e a sua contextualização permite compreender as suas implicações para o corpo de conhecimento que foi sendo produzido ao longo do tempo. Assim, podemos afirmar que a geopolítica, na sua forma clássica, tem a sua origem nas condições geográficas emergentes da ordem mundial no final do século XIX - sendo a geografia o palco da luta imperial das potências europeias, que nesse período intensificaram as suas pretensões expansionistas. (Ó Tuathail, 1996). Mais precisamente a partir da década de 70, essa expansão territorial foi acompanhada de aquisição territorial e consequente administração através do regime de colónias ultramarinas¹⁹. A operacionalização deste complexo processo político e militar foi devidamente acompanhada por instituições e associações imperialistas na sociedade política e civil de maneira a sedimentar esse expansionismo como o modelo válido a ter em conta. Neste contexto, o papel ativo dos intelectuais dentro das instituições académicas foi fundamental para a legitimação de uma agenda imperialista²⁰.

¹⁹ Ó Tuathail (1996) explica isto mesmo, afirmando que a disputa por África permitiu à Europa trinta novas colónias e protetorados, 10 milhões de milhas quadradas de novos territórios e 110 milhões de nova população.

²⁰ Alfred Mahan e Nicholas Spykman nos Estados Unidos, Friedrich Ratzel e Karl Haushofer na Alemanha, Rudolf Kjellen na Suécia, e Halford Mackinder na Grã-Bretanha.

3.2. O mapeamento do discurso geopolítico do Ocidente e respetiva posição da Rússia

Importa referir o contributo de Mackinder²¹, que colocou no cerne da sua análise das dinâmicas de poder nas relações internacionais as condições físicas do espaço e respectivas acessibilidades. Dentro do seu trabalho de teorização, é de salientar a oposição conceitual entre *seapower* e *landpower*, cuja posição relativa uma em relação à outra faz referência à luta pelo poder no espaço da Eurásia (Gray, 1988:9). Um dos fatores que para ele iria alterar as dinâmicas de poder entre as potências com poder naval e com poder continental - em favor desta última, seria o desenvolvimento da rede ferroviária, refletindo a propósito do território do então império russo:

Is not the pivot region of the world's politics that vast area of Euro-Asia which is inaccessible to ships, but in antiquity lay open to the horse-riding nomads, and is today about to be covered with a network of railways? There have been and are here the conditions of a mobility of military and economic power of a far-reaching and yet limited character (Mackinder, 1904).

A esta nova potencialidade identificada, Mackinder associou a sua teoria do *Heartland*, o vasto território da Eurásia que serviria de palco às disputas pelo poder e pelos recursos correspondentes. Dalby (1988) afirmou que o discurso dos EUA relativamente à União Soviética durante a guerra fria seguia essa mesma linha de interpretação, na qual a União Soviética representava um ator com potencialidade de procura de dominação na zona da Eurásia. Representando uma potência totalitária, este discurso pressupunha uma rivalidade com o mundo livre associado aos EUA e ao Ocidente em geral (do qual a Europa faz parte), e que deveriam defendê-lo através de uma estratégia de contenção.

No século XX, a noção de geopolítica continuou a ser mobilizada para sustentar pretensões imperialistas, desta vez pela Alemanha nazi no próprio território europeu, cuja geografia passou a ser considerada numa ótica de alargamento do espaço vital de uma nação em detrimento de outras (Ó Tuathail, 1996). Haushofer, geógrafo e ideólogo da Alemanha nazi, considerava a geopolítica como uma disciplina que permitia efetuar análises científicas objetivas e rigorosas, dado estar baseada nas características observáveis e imutáveis do mundo natural, o que lhe permitia afirmar que “Geopolitik

²¹ Geógrafo britânico, considerado um dos autores mais importantes para a afirmação da geopolítica como disciplina - tendo escrito a parte mais importante da sua obra no início do século XX. Gray (1988) contextualizou o seu trabalho teórico, afirmando que uma das grandes preocupações de Mackinder, enquanto nacionalista e imperialista britânico, era a perspetiva de uma potência continental capaz de desafiar a dinâmica de poder no mundo marítimo.

demonstrates the dependence of all political developments on the permanent reality of the soil” (Haushofer, 1998).

No rescaldo da segunda guerra mundial, o termo “geopolítica” caiu em desuso, sofrendo uma rejeição no campo intelectual dada a sua associação com a política externa nazi. O “Longo Telegrama” de Kennan, formalmente intitulado “The Sources of Soviet Conduct” é uma ilustração pertinente das abordagens em matéria de geopolítica dos intelectuais anglo-saxónicos que surgiram no pós-guerra, com recomendações tais como: “the main element of any United States policy toward the Soviet Union must be that of a long-term, patient but firm and vigilant containment of Russian expansive tendencies” (Kennan, 1947). Dodds (2006) argumenta que, ainda que autores como Kennan não tivessem referenciado diretamente os escritos basilares da geopolítica, preocupações a nível do poder geográfico e correspondentes recursos continuavam a estar presentes nas análises que eram feitas, nomeadamente no foco dado às regiões mais próximas - como a Europa do Leste, Médio Oriente e Sudeste Asiático.

Efetivamente, Dalby (1988) aponta para o discurso do Ocidente em relação à União Soviética (da qual a Rússia é extensão) como referindo-se a um *Outro* autoritário e expansionista, enquadrando desta forma as políticas que são adequadas de serem tomadas em face desta representação: a contenção. É de notar que Kennan (1947) segue a mesma linha de previsão de Mackinder quando este último se referia ao território do então império russo, na medida em que afirmou que: “Here is a nation striving to become in a short period one of the great industrial nations of the world while it still has no highway network worthy of the name and only a relatively primitive network of railways”. Ainda que as condições de acessibilidade geográfica associada ao transporte ferroviário não se tenham verificado, a previsão quanto às tendências expansionistas da URSS e posteriormente da Rússia continuaram a estar presentes no discurso geopolítico.

Voltando ao mapeamento do termo “geopolítica”, foi durante os anos 70 que foi sendo reintroduzido no discurso internacional, ganhando um maior impulso no campo académico no seguimento da sua reinterpretação por Kissinger - que equiparou a noção de geopolítica a uma ideia genérica de equilíbrio de poder à escala internacional - na altura num contexto de ordem bipolar protagonizada pelos EUA e União Soviética. (Ó Tuathail, 1996). Mais tarde, com a queda da União Soviética e afirmação do modelo

político, económico e cultural dos EUA, o discurso geopolítico abandonou as anteriores preocupações inerentes à guerra fria, passando a associar-se a preocupações inerentes à chamada “nova ordem mundial”. Neste enquadramento, a dimensão geopolítica das relações internacionais dizia respeito à manutenção e consolidação das intervenções militares e sobretudo económicas dos EUA no estrangeiro, de maneira a promover o seu modelo de “democracia” e “liberdade” noutras regiões (Routledge, 2006).

Na mesma altura em que o termo “geopolítica” estava a ser reavivado no discurso público em termos de equilíbrio de poder no contexto da guerra fria, outros autores exploravam uma concepção bastante diferente da geopolítica, principalmente a partir do período da descolonização formal dos impérios europeus nos anos cinquenta do século XX e também da emergência de uma cultura intelectual dissidente nos anos sessenta que sublinhou e problematizou a herança imperial da geografia moderna (Dodds, 2007: 42; Ó Tuathail, 1996). Constatou-se que a visão da geopolítica que tinha dominado até então olhava para a política internacional como um conjunto de práticas que assumiam um mundo objetivo e imutável, visão essa que foi sendo desafiada e reformulada e para a qual a geopolítica crítica contribuiu fortemente.

A tradição pós-estruturalista é particularmente relevante neste sentido, uma vez que permite mobilizar um conjunto de premissas que assumem que é através do discurso que as ações dentro do contexto da realidade física ganham sentido e são justificadas, sendo precedidas pela mobilização de um certo conhecimento geográfico para o efeito (O'Tuathail & Agnew, 1992). Segundo Dalby (1991), a teorização da geopolítica crítica de O'Tuathail, fortemente inspirada em Foucault, sugere a possibilidade de ver a geopolítica como material e discursiva simultaneamente, compreendendo, a título de exemplo, a indivisibilidade das bases militares a partir das estratégias discursivas de divisão e regulação dos espaços.

Efetivamente, a teorização de O'Tuathail e Agnew (1992) constitui um dos principais marcos da geopolítica crítica, tendo sido introduzida a premissa de que a geografia não constitui unicamente um fenómeno natural e, portanto, não discursivo, é antes social e historicamente circunscrita em discursos, intimamente ligada a questões políticas e ideológicas - em direta oposição com as premissas da geopolítica clássica. Para tal, é mobilizada uma definição de discurso como um conjunto de recursos socio-culturais que permitem aos indivíduos a construção de significado sobre o mundo que os rodeia.

Estes recursos servem como reguladores de experiência, no sentido em que permitem um certo conjunto de possibilidades, que por sua vez impactam a reprodução futura do discurso. De maneira geral, o estudo da geopolítica em termos discursivos é o estudo das regras e dos recursos sócio-culturais a partir dos quais as geografias da política internacional são escritas (*ibid.*, 1992).

3.3. A construção identitária em oposição ao *Outro*: defender a paz militarmente

De maneira a sintetizar a compreensão da geopolítica, os autores da geopolítica crítica propõem uma categorização baseada em três dimensões interligadas entre si: geopolítica formal, prática e popular. A primeira concerne o processo através do qual os acadêmicos produzem um conjunto de ideias e princípios altamente codificados, tendo por objetivo informar aos processos de tomada de decisão em termos de política externa. A segunda concerne aos referenciais e conhecimento geográfico mobilizado pelos atores da política externa nas suas representações do mundo. Finalmente, a terceira (que será abordada posteriormente em mais detalhe) concerne às formas de cultura popular (O'Tuathail & Agnew, 1992).

Os autores argumentam que, na sua grande maioria, o raciocínio geopolítico é de **natureza prática**, consistindo em suposições que se baseiam no senso comum sobre os lugares e as identidades que lhes estão associadas, nomeadamente através de narrativas e distinções binárias, muito características das mitologias e crenças sociais (*ibid.*, 1992). O discurso geopolítico do Ocidente, e em particular da Europa, assume precisamente uma distinção binária entre uma Europa liberal, pacífica e livre e uma Rússia expansionista e autoritária.

Em seguimento, é de salientar que um dos principais temas da geopolítica crítica - usando a análise discursiva como ferramenta principal, concerne a relação entre geopolítica e identidade, sendo a constituição de identidades geopolíticas uma das áreas de estudo mais relevantes (Müller, 2008). Em concordância com a definição de geopolítica de Dalby, a criação de identidades políticas a partir da criação discursiva do *Outro* surge como um dos marcos da vida política moderna (Dodds, 1994).

Isto implica atribuir uma carga normativa às comunidades e territórios visados, uma vez que “Geopolitical reasoning plays a critical role in assigning values to some communities and territories often at the expense of others. These kinds of activities

become all the more poignant when a country is seeking some form of territorial redress or is presumed to be facing some kind of threat from other state and non-state organizations” (Dodds, 2007: 112). Assim, em situações instáveis em que existe a percepção de perigo e nos quais comunidades se confrontam e os respectivos territórios se disputam, a necessidade de demarcação (identitária e territorial) é mais notória, e é precisamente isso que ocorre quando o território ucraniano é disputado em face da ameaça russa. Daí surge que o perigo constitui, mais do que a fronteira que demarca um espaço, uma imposição normativa ao espaço que é demarcado. Campbell (1992:85) reitera esta mesma ideia, afirmando que “The construction of social space that emerges from practices associated with the paradigm of sovereignty thus exceeds a simple geographical partitioning: it results in a conception of divergent moral spaces”. Esta construção permite precisamente consolidar o sentido de identidade das comunidades, uma vez que a percepção de um determinado perigo é associada a uma determinada comunidade que é ameaçada por um exterior cuja fronteira está claramente delimitada. Ao mesmo tempo, estes *moral spaces* constituem um elemento formativo da identidade para lá da mera diferenciação entre o que é semelhante e o que é diferente, uma vez que a diferença implica a atribuição de características normativamente inferiores àquelas que são atribuídas ao semelhante (*Idem.*, 1992).

Assim, a atribuição de uma certa carga normativa associada a um espaço para lá da fronteira (tanto física como imaginária) permite consolidar a identidade dos que se situam no seu interior, em congruência com a definição de geopolítica que assume que: “Geopolitics is about this ideological process of constructing spatial, political and cultural boundaries to demarcate the domestic space as separate from the threatening Other: to exclude Otherness and simultaneously to discipline and control the domestic political sphere” (Dalby, 1990:173).

No caso da Rússia, esse processo pode ser identificado no discurso do Ocidente (com particular importância para os EUA no quadro da guerra fria), sobre a União Soviética como constituindo o *Other* e pertencendo à esfera oriental, isto é, não ocidental (O'Tuathail & Agnew, 1992). Said (2003: 40-46) explicou que o Orientalismo, deve ser compreendido, de forma geral, como um conjunto de restrições ao pensamento que se materializam nas práticas dos Ocidentais através de um reforço de certas ideias que impulsionam comportamentos legitimadores da superioridade ocidental e de inferioridade oriental, tal como Kennan (1947) exemplifica na seguinte passagem:

“Again, these precepts are fortified by the lessons of Russian history: of centuries of obscure battles between nomadic forces over the stretches of a vast unfortified plain. Here caution, circumspection, flexibility and deception are the valuable qualities; and their value finds natural appreciation in the Russian or the oriental mind” (Kennan, 1947). Esta caracterização vai ao encontro do argumento de Kuus (2004), que afirma a existência de um discurso que pressupõe uma diferença essencial entre a Europa e a Europa do Leste, enquadrando essa diferença em relação à Europa Ocidental numa lógica de distanciamento e de falta de europeísmo, portanto de substância, que se verifica em diferentes graus dependendo do país a que se refere e neste caso, a Rússia é representada como ocupando uma posição mais distante do que a Ucrânia. Esta distinção ocorre em termos da superioridade moral de uma Europa civilizada, contra uma Rússia cujas ações (nomeadamente a invasão na Ucrânia) revelam precisamente o contrário. Desta forma, estes espaços geográficos, mais do que representarem os meios físicos em que se situam, constituem um projeto intelectual e político ao espacializar e atribuir uma certa carga normativa aos lugares a que se refere.

Esta construção do *Other* é fundamental para alicerçar o sentido de identidade, quer individual como coletiva, uma vez que fornece uma matriz orientadora que permite identificar e categorizar elementos como fazendo ou não parte da comunidade possuidora de certa identidade - caso se verificar a existência de características semelhantes ou diferentes, respetivamente.

De maneira geral, constatou-se que a invasão russa de 2022 contribuiu para uma consolidação das identidades russa e ucraniana por parte da UE, no sentido da absorção da identidade ucraniana como sendo semelhante/correspondente à identidade europeia, ao mesmo tempo que se procedeu a um alicerçamento da identidade russa como o *Other* da UE. Desta forma, ocorreu um processo de subversão das diferenças que possam existir entre a UE e a Ucrânia em favor de uma relação antagonística com um exterior que é considerado diferente - correspondendo à Rússia. Assim, ocorre simultaneamente uma equivalência entre a UE e a Ucrânia e uma oposição conjunta à Rússia, isto é, a Rússia passa a configurar o *Outro* de ambas. O que se segue é a constatação de uma reconfiguração das fronteiras da própria Europa através da deslocação para Leste da fronteira europeia, que passa a estar na fronteira a Leste da Ucrânia.

Em forma de resumo, constata-se que a geopolítica é conceptualizada como uma prática discursiva através da qual a política internacional é “especializada” pelos *intellectuals of statecraft* - burocratas estatais, líderes, especialistas em política externa, representando um mundo com um certo tipo de características em detrimento de outras (O'Tuathail & Agnew, 1992). Explorando esta ideia, os autores afirmam que o estudo da geopolítica deve englobar considerações de ordem discursiva no processo de caracterização dos lugares geográficos, uma vez que “To designate a place is not simply to define a location or setting. It is to open up a field of possible taxonomies and trigger a series of narratives, subjects and appropriate foreign-policy responses” (*idem.*, 1992).

Neste momento, importa apresentar o segundo *nodal point* identificado que consiste em “paz”, dado ser uma preocupação central em torno do qual todos os discursos se articularam.

Em 2014, o discurso em torno da reivindicação pela paz articulou numa cadeia de equivalência os seguintes elementos discursivos: cooperação - diálogo - negociação - solução política - boa vizinhança. Uma cadeia de equivalência é igualmente identificada, tendo como elementos: balança de poder - solução militar - conflito.

The events of the last days have shocked us all and reminded us that principles that we cherish, like peace, cannot be taken for granted. It also reminds us how the outdated logic of the **balance of powers** is dangerous and wrong and we need to replace it with a logic of **cooperation and dialogue**, in full respect of international law. (European Commission, 2014a)

The European Union has always advocated a **negotiated and peaceful outcome** to the current crisis. Any claims or concerns should be resolved politically, through political means (...) Ukraine has the right and the duty as a sovereign nation to defend itself from any threat to its integrity and to ensure law and order on its territory. However, I would like to state that we should work for a **political** solution.. A **military** solution is no solution. History teaches us some lessons. It teaches us that those who do not learn from it are condemned to repeat its mistakes. So, we cannot sleepwalk into **open conflict**. But, neither should we ignore or appease aggressive behavior. We need to act responsibly and decisively. (European Commission, 2014b)

But a stable Ukraine, at peace with its **neighbours**, offers a greater prize still. It offers a vision of how the entire region might develop for the good of all. (...) This vision goes far beyond economic cooperation and trade. (...) European civil society will continue to work with our Russian partners. We will deepen our cooperation in education, science, research and culture. A stable and democratic Ukraine that continues its economic transition can only be good for Russia: good for the Russian economy, good for Russian businesses and good for Russian citizens. (European Commission, 2016)

Daqui se depreende que a UE percebe a paz como um imperativo a ser atingido através de meios pacíficos, envolvendo ambas as partes (Rússia e Ucrânia) num diálogo capaz de apresentar uma solução política sobre as suas divergências. Assim, a paz surge como um objetivo que só será alcançado num quadro de cooperação, sendo que a boa vizinhança entre as partes é considerada como um objetivo desejável e necessário. Para além disso, a paz é apresentada como o enquadramento ideal para o fortalecimento das relações económicas e políticas entre as partes. É de notar que perspetivar e projetar a paz no futuro implica, para a UE, um contacto contínuo com a Rússia (tanto a nível institucional como a nível da sociedade civil) num quadro de cooperação multidimensional - em matéria de educação, ciência, investigação e cultura.

Em 2022, a paz continua a estar no cerne da argumentação da UE, no entanto, a articulação discursiva ocorre em torno de elementos diferentes e mesmo antagónicos quando comparados com os de 2014. Assim, identifica-se a cadeia de equivalência em torno dos seguintes elementos: destruição - defesa - luta - guerra - sofrimento. Ao mesmo tempo, estabelece-se uma cadeia de equivalência entre Putin e Charlemagne - Gyula Horn - Vaclav Havel - François Mitterrand - Helmut Kohl.

EUR 500 million from the European Peace Facility, to support Ukraine's **defense**. (...) we target important sectors of the Russian economy. We are making it impossible for Russia to upgrade its oil refineries; to repair and modernize its air fleet; and to access many important technologies it needs to build a prosperous future. (European Commission, 2022)

Ukraine has been **fighting** for the ideals of Europe that we celebrate today, to create lasting unity and peace, to represent the values of freedom, diversity and humanity that Europe is built on. We should never forget that peace in Europe seemed impossible, improbable and far too distant for much of the last century. But it was achieved, despite the **pain** and despite the divisions of **war**. (European Commission, 2023b)

President Putin is **destroying the work of peace** that we have built together since the end of the second world war and later the fall of the Iron Curtain. President Putin aims to **destroy the Europe**, created by Charlemagne Prize winners such as Gyula Horn and Vaclav Havel, François Mitterrand and Helmut Kohl and many others. President Putin tries to unravel the events of 1989 and the decades since, which saw the people of Europe tear down the Iron Curtain (...) Ukraine incarnates everything the European idea is living for: the courage of convictions, the **fight** for values and freedom, the commitment to peace and unity. This is why I am convinced that Ukraine will prevail, it will **win peace** and make its European destiny come true. (European Commission, 2023c)

Desta vez, a persecução da paz tem todo um outro significado para os líderes europeus, uma vez que articula a paz a meios não pacíficos, mobilizando um vocabulário do

campo semântico da guerra. Assim, parte-se da assunção da paz como *status quo* anterior à agressão russa, e que o retorno a essa situação inicial implica a defesa do território ucraniano através do combate militar, que, atribuindo uma carga normativa negativa - associada à destruição e ao sofrimento, é um meio necessário à obtenção da paz pretendida. Contrariamente a 2014, a UE, ao perspetivar a paz, já não inclui o bem-estar económico da Rússia; pelo contrário, a paz passa a significar a imobilização das capacidades russas (sejam militares, técnicas, financeiras, energéticas).

Para além disso, a responsabilidade da quebra do *status quo* pacífico é atribuída a um ator específico - o presidente Putin, opondo-o a figuras merecedoras do *Charlemagne Prize*, de maneira a demonstrar o antagonismo entre quem contribui para a integração e desenvolvimento europeu, e quem contribui para o seu desmantelamento através da prática da guerra. É ainda de notar a referência à segunda guerra mundial e à queda do muro de Berlim, eventos históricos caracterizados pela vitória das forças que combatem pela paz e pela liberdade. De maneira geral, tanto a comparação de Putin em oposição aos vencedores do *Charlemagne Prize* como as referências históricas assumem o papel de veículos transmissores de informação relacional, estabelecendo paralelismos que permitem inferir a necessidade de combater militarmente pela paz, paz essa que foi ameaçada pelas ações do líder russo.

Capítulo 4 - Defender o espaço europeu da ameaça comum implica a mobilização da solidariedade

Neste capítulo, serão problematizadas as dimensões da realidade que são excluídas do discurso geopolítico da UE e as dimensões que são valorizadas e priorizadas, nomeadamente a promoção da solidariedade em relação aos cidadãos ucranianos, representados como tendo o potencial de integração nas sociedades europeus, com especial enfoque no caso português. Para tal, uma análise da política visual e dos efeitos emocionais correspondentes será útil à compreensão.

4.1. Problematizando os elementos que o atual discurso exclui

Tendo analisado a forma como o discurso geopolítica da UE face à Rússia e face à Ucrânia se constitui, importa agora discernir sobre potenciais elementos que não encontram possibilidade de articulação. Para tal, importa voltar à assunção de que as regras que regulam a política internacional assumem, na concepção clássica da geopolítica, a centralidade do Estado através de três pressupostos geográficos importantes: em primeiro lugar, que os Estados têm um poder exclusivo dentro da delimitação dos seus territórios, associado à prática da sua soberania; em segundo lugar, que existe uma separação total entre os assuntos da esfera doméstica e os assuntos da esfera externa, cujos procedimentos são abordados segundo normas de comportamento distintas; e em terceiro lugar, que os limites do Estado definem os limites da sociedade de maneira a que esta esteja total e inequivocamente contida dentro desses limites (Agnew, 2003:51). De facto, as expressões identitárias de carácter nacional continuam a ser predominantes no sistema internacional, dada a prevalência das categorias que assumem uma configuração a partir do Estado-Nação e suas fronteiras territoriais. (Dodds, 2007: 96).

Walker (1992) problematizou os desafios inerentes a esta constatação, sublinhando a delimitação espacial das identidades e correspondente dependência ao discurso hegemónico que assume o Estado moderno como principal referência orientadora da vida política. Nas suas palavras, define-se “the modern state as institution, container of all cultural meaning, and site of sovereign jurisdiction over territory, property and abstract space, and consequently over history, possibility and abstract time, that still shapes our capacity to affirm both particular and collective identities” (Walker, 1992: 162). Esta caracterização é particularmente relevante para o presente caso de estudo,

principalmente quando o Estado da Ucrânia vê a soberania que exerce no seu território ser ameaçada através da invasão do seu território. No quadro da invasão russa em 2022, o discurso da UE representou o Estado ucraniano como resistente à expansão russa através da mobilização dos “ucranianos”, tidos como uma categoria homogénea, associada à ideia de lutadores pela liberdade e de defesa dos ideais considerados europeus.

Assim, as identidades, limitadas pelo quadro de referência fornecido por essa delimitação do espaço político, são elas próprias produto do discurso que lhe está subjacente. A partir desta assunção, é possível conceber a reivindicação de identidades marginalizadas por esse discurso hegemónico, podendo servir de alternativa na solução das contradições políticas tanto no espaço como no tempo (Walker, 1992: 161). Uma vez identificada a delimitação espacial da comunidade e do seu exterior, torna-se clara a dimensão regulatória desse processo:

The exclusion of the Other and the inclusion, incorporation and administration of the Same is the essential geopolitical moment. The two processes are complementary; the Other is excluded as the reverse side of the process of the incorporation of the Same. Expressed in terms of space and power this is the basic process of geopolitics in which territory is divided, contested and ruled. The ideological dimension is clearly present in how this is justified, explained and understood by the populations concerned (...) (Dalby, 1988).

É precisamente isso que se verificou na presente análise: a inclusão da Ucrânia e a exclusão da Rússia constituem o duplo fenómeno identitário através do qual o espaço europeu se reconstrói, enquadrando as possibilidades de ação no sentido de providenciar apoio (económico e militar) no quadro da contestação do território ucraniano. Este processo de exclusão da Rússia - o *Outro*, e de incorporação e de administração da Ucrânia - o semelhante, constitui, tal como argumenta Dalby (1988) num momento geopolítico essencial. A inclusão e a exclusão representam dois processos complementares, uma vez que o *Outro* é excluído como o reverso do processo de incorporação do semelhante. Esta dinâmica é representativa da forma como o território geográfico é dividido, contestado e governado: a Europa passa a estar dividida na fronteira a Leste da Ucrânia - para lá da qual se localiza a Rússia.

Desta forma, face às representações da Ucrânia e da Rússia no discurso geopolítico da UE, atribui-se uma carga normativa a cada um dos atores de forma homogénea e simplificada, de maneira a corresponder totalmente ao discurso que é mobilizado e,

portanto, deixando de fora elementos que não sejam possíveis de articular em torno dos *nodal points* analisados. A representação da Rússia e do regime russo como o agressor do conflito implica excluir a ideia de que uma parte significativa da população russa permaneceu alheia aos acontecimentos perpetrados pelo seu governo, pelo menos até à mobilização parcial em setembro de 2022. Também a representação da Ucrânia como homogênea na sua luta pela liberdade, deixando de fora possíveis articulações com os problemas do seu regime político, nomeadamente influência dos oligarcas, corrupção, etc. (Buitrago, 2022).

Nessa mesma ótica, é dificultada a circulação de discursos alternativos em torno do *nodal point* “paz”, uma vez que o discurso hegemônico estabilizou o seu significado como um objetivo a atingir por meio da mobilização militar, isto é, através da guerra. Tal facto discursivo corresponde, materialmente, a um aumento generalizado das despesas militares no seguimento da invasão russa na Ucrânia em fevereiro de 2022. Verificou-se um aumento de 13% das despesas militares na Europa em 2022, correspondendo ao maior aumento anual no total dos gastos europeus desde o final da guerra fria (Tian et al, 2023).

Neste quadro, um discurso que tenha por base o pacifismo e a cooperação para lá da lógica das dinâmicas de poder dos Estados é de difícil articulação, ainda que exista à margem. A título de exemplo, é de referir o caso do Movimento Pacifista Ucrainiano, que resiste à militarização da sociedade ucraniana e promove uma solução conjunta e pacífica do conflito. Para tal, estabelece diálogo e cooperação com ativistas pela paz na Rússia e Bielorrússia, espaços considerados hostis pelo discurso hegemónico. Tal diálogo ocorre no seio de diversas redes internacionais como é o caso do European Bureau for Conscientious Objection, World BEYOND War, War Resisters’ International, International Peace Bureau, Eastern European Network for Citizenship Education, etc. (Winograd, 2023).

4.2. A mobilização das emoções para a persecução dos objetivos geopolíticos: um apelo à solidariedade

Tendo analisado alguns dos elementos que o discurso exclui, importa agora verificar como os elementos que o discurso prioriza são consolidados à escala da perceção da população em geral. Isto porque as identidades produzidas, uma vez estabelecidas,

precisam de ser constantemente protegida uma vez que nunca estão completamente ao abrigo de discursos identitários alternativos, em sintonia com a teorização de Laclau e Mouffe. É por isso que o processo de *Othering* serve igualmente de orientador e legitimador de ações e políticas que visam garantir a estabilidade e segurança do espaço interno, uma vez que “The Other provides the axis on which acceptable and unacceptable political activities and identities are constructed” (Dalby, 1988).

Neste sentido, importa introduzir o papel das emoções nas representações da política internacional, uma temática pouco desenvolvida no estudo das RI, dada a prevalência da abordagem positivista ao longo de grande parte da história da disciplina, na qual a razão (e não as emoções) desempenham o papel primordial. A título de exemplo, mesmo que o medo como emoção seja fundamental para a teorização realista de dilemas de segurança, poucos autores identificam explicitamente essa emoção, muito menos examinando-se sistematicamente (Bleiker & Hutchison, 2008). Ainda, assim, é possível mapear a presença das emoções em algumas tradições de pensamento nas RI, atribuindo-lhes diferentes níveis de relevância²².

Efetivamente, para Bleiker e Hutchison (2007), as emoções não têm apenas um caráter pessoal e irracional, podem ser coletivas e ter uma ligação direta aos fenômenos políticos. Os autores, remetendo para o trabalho de Neta Crawford (2000), sublinham a ideia de que as emoções e a situação em que se tornam políticas estão ligadas a circunstâncias históricas, políticas e culturais particulares. Neste caso, os eventos associados à violação da integridade territorial ucraniana pela Rússia em 2022 constituiu um momento formativo associado a um certo tipo de emoções por parte da UE - passando dos líderes políticos à população em geral. Os autores continuam a discernir sobre o papel das emoções nas RI, assumindo que o comportamento dos estados é largamente influenciado pela sua identidade, que por sua vez, estão ligados a um conjunto de fatores emocionais. De maneira geral, o que os autores explicam é que as emoções permitem aos indivíduos entenderem-se a si mesmos na sua relação com os

²² Em primeiro lugar, no quadro da psicologia política e política externa (que se divide entre o estudo do impacto da psicologia nos processos de tomada de decisão e ainda o estudo das reações emocionais dos líderes políticos e população em face de diferentes eventos políticos). Também o construtivismo se debruçou sobre as emoções, assumindo que as emoções têm uma história e que essa história é fundamental para a criação das identidades individuais e coletivas, nomeadamente dos Estados (Bleiker & Hutchison, 2008).

outros e com o exterior, enquadrando as suas percepções e permitindo situar a sua identidade relativamente à identidade coletiva.

Para efeitos de análise das emoções que estão associadas à representação do conflito ucraniano, importa introduzir o *nodal point* que corresponde à “solidariedade”, cuja justificação prende-se com o facto de ser uma preocupação central demonstrada ao longo das comunicações dos vários Presidentes da CE, servindo de elemento estruturante na reação da UE face aos acontecimentos decorridos e respetiva tomada de posição. Essa posição está maioritariamente orientada por uma postura que remete para a necessidade de demonstrar solidariedade à Ucrânia - portanto tendo uma postura ativa e participante, efetivada através de múltiplos meios que serão de seguida identificados.

Nos acontecimentos de 2014, o discurso da UE promovia a solidariedade articulando os seguintes elementos: comércio - economia - finanças - ajuda técnica - reformas - reestruturação - mercado.

In parallel, the international community should mobilise to help Ukraine stabilise its economic and financial situation, which will in turn also contribute to political and social peace. (...) Our package consists of immediate short and medium term measures offering **trade, economic, technical** and **financial** assistance to Ukraine. (European Commission, 2014a)

But, obviously this assistance is not a quick fix. It needs to be complemented by a clear commitment on the Ukrainian side to continue **political and economic reforms**. (European Commission, 2014b)

That is our support. But it must be accompanied by one thing: **reform. Economic and political**. (...) That is what the government was elected for. It has already achieved much. (...) The Parliament has agreed new laws to reform the gas sector and **restructure** Naftogaz. It means a sector that is more modern and **market-based**, with more competitive prices, and more secure energy. (European Commission, 2015)

Daqui se depreende que a solidariedade demonstrada pela UE em relação à Ucrânia tem uma orientação maioritariamente económica, dada a priorização que é dada à assistência em matérias relacionadas com a estabilização económica, incluindo preocupações a nível financeiro, comercial e energético - termos associados ao campo lexical da economia. Justifica-se esta priorização com o impacto positivo que será provocado no contexto político da Ucrânia, nomeadamente na persecução do bem-estar social. Para tal, associa-se a ideia de que esses objetivos só se materializam em caso de uma postura ativa em direção a reformas no setor político e económico, associados a maior

liberalização e orientação para o mercado. É de notar a referência ao setor energético, um fator de preocupação da UE quando se trata da questão ucraniana.

Já em 2022, a solidariedade continua a estar no centro do discurso da UE, no entanto, a articulação discursiva é feita através de outros elementos diferentes: economia - ajuda humanitária - refugiados - cuidados médicos - ensino - trabalho - ajuda militar.

Today, a Union of almost half a billion people has mobilised for Ukraine. Many of them have opened their homes to Ukrainians – fleeing from Putin's bombs. (...) And this is why we are proposing to activate the temporary protection mechanism to provide them with a secure status and access to **schools, medical care and work**. (...) More Ukrainians will need our **protection** and solidarity. (European Commission, 2022)

Let me begin with our continued support for Ukraine's resistance. Since the war began, the European Union has provided Ukraine with EUR 67 billion in **economic, humanitarian and military support**: from budget support to aid for a rapid recovery, from energy to **military capabilities**, from humanitarian aid to aid for **refugees**. All of it a material contribution to Ukraine's war effort. (European Commission, 2023a)

Desta vez, a solidariedade da UE articula-se através de elementos mais dispersos, não se verificando a preponderância de preocupações a nível económico. É de notar a introdução do elemento humano como estando na lista de prioridades, nomeadamente no que concerne à ajuda humanitária e ao suporte multidimensional dos refugiados ucranianos que chegam ao território da UE, incluindo a integração na rede de ensino, de cuidados de saúde e também no meio profissional. Esta articulação discursiva incute na população emoções tais como a compaixão e o compadecimento relativamente aos ucranianos representados em situações de sofrimento, a necessitar da solidariedade e apoio dos europeus, cujo comportamento lógico seria acolher e apoiar.

Para além disso, outra novidade relevante é a articulação do elemento militar, que introduz a ideia de que a solidariedade à Ucrânia também passa pelo apoio às suas capacidades militares, de forma a fortalecer o seu esforço de guerra contra a invasão russa²³. Neste contexto, a principal emoção veiculada consiste no receio e no medo do comportamento geopolítico russo, caracterizando em termos de expansão imperial ao ter violado a integridade territorial do Estado da Ucrânia, obrigando os ucranianos a fugir para Ocidente e a serem acolhidos por este último.

²³ É de lembrar que, desde o início do conflito, a UE despendeu cerca de 15 mil milhões de euros em apoio militar à Ucrânia, dos quais 5,6 mil milhões foram mobilizados no âmbito do *European Peace Facility* (um instrumento de prevenção das guerras e promoção da paz no campo internacional), nomeadamente no apoio à entrega de equipamento militar às Forças Armadas ucranianas.

Esta análise permite-nos discernir, numa ótica mais alargada, para a ideia veiculada por Kuus (2004) ao argumentar que alguns países da Europa do Leste são representados como tendo a potencialidade de se tornarem totalmente europeus caso assim o decidam, enquanto que outros não representam tal potencialidade (Kuus, 2004). Daí surge que não existe uma definição categórica e pré-determinada daqueles que se podem reclamar da Europa, quem são os europeus ou quem constitui o Outro da Europa; a identidade europeia decorre da possibilidade de cada ator em aderir ou não à corrente espiritual que a enforma (Amaral, 2010).

No caso do presente estudo, essa possibilidade materializa-se, antes de mais, na aceitação de um conjunto de reformas (a nível político e económico) cujo efeito será tornarem-se mais semelhantes aos países da UE, plenamente europeus. Essas reformas são de cariz unilateral, uma vez que constituem um plano de ação estabelecido e posteriormente monitorizado pela UE, ficando aos países a responsabilidade da sua implementação. Daí surge um processo através do qual a verdadeira Europa orienta e serve de guia a quem dela se quer aproximar (Kuus, 2004). Já outros países, pertencentes à mesma geografia da Europa do Leste, não são representados como tendo essa potencialidade - como é o caso da Rússia, uma vez que as diferenças que os separam são consideradas demasiado importantes.

É este o quadro que se afigura durante o período do conflito de 2014: a Ucrânia, merecedora de solidariedade e apoio, tem potencial para se tornar europeia, tal como exemplificado pela seguinte passagem - “Ukraine is a European country. But only reform can make you converge closer to the European family” (European Commission, 2015). Já a Rússia é representada como um ator com o qual esse processo não pode ocorrer, tal como exemplificado pela seguinte passagem: “In such a world, we may disagree on many things but we must agree on the rules. We might follow different economic policies but we must live up to our WTO obligations. Our vision of the fair society might not be the same but we must fulfil our international commitments on civil and political rights” (European Commission, 2016).

4.3. A política visual nos *media* como veículo transmissor de emoções

Tal como foi verificado anteriormente, a geopolítica tem igualmente uma dimensão popular, isto é, manifesta-se através de diversas formas de cultura popular, incluindo os

media, que permitem aos cidadãos atribuir certos sentidos aos eventos da política, seja ela local, nacional ou internacional (Dodds, 2007). Também O'Tuathail & Agnew (1992) explicam que os locais de produção e reprodução de conhecimento geográfico são múltiplos e não se limitam às agências oficiais dos estados ou ao conhecimento teórico dos especialistas, englobando espaços tão diversos como locais de aprendizagem (escolas, universidades), de convívio, de produção artística e cultural e meios de comunicação, que para o presente estudo constitui um meio relevante a analisar.

Isto porque os meios de comunicação (seja pelos *media* tradicionais, seja pelos *media* digitais como Twitter, YouTube, Facebook, Instagram, etc) constituem o terreno no qual ocorrem as inúmeras dinâmicas relacionadas com a política visual, nomeadamente através das representações que se produzem e difundem (Bleiker, 2018). Bleiker e Hutchison (2008) afirmam igualmente que mapear as representações visuais constitui um elemento importante na análise das emoções veiculadas em determinado processo político, explicando que as representações são o processo através do qual as emoções individuais adquirem uma dimensão coletiva. Nesse sentido, os autores afirmam que: “political battles today are being fought precisely within these visual and seeming imaginary fields of media representations, where ‘affectively charged images’ shape our understanding of political phenomena more so than the actual phenomena themselves. Locating visual representations and communications is thus an important step towards appreciating the politics of emotions”.

Os autores explicam que as fontes visuais são particularmente adequadas para capturar emoções porque fazem mais do que simplesmente representar um objeto ou evento de forma objetiva e “realista”. É antes um processo através do qual testemunhas distantes, que não têm acesso direto aos eventos em questão, possam apreender as emoções que são mediadas pelas imagens, atribuindo-lhes um significado social mais amplo (*ibid.*, 2008).

Recapitulando, parte do que torna as imagens relevantes na análise é o facto de terem a capacidade de evocar e gerar emoções. É por isso que os meios de comunicação como os *media*, ao representarem determinados eventos, acompanham a sua cobertura noticiosa por imagens, uma vez que permite veicular uma percepção emocional que as palavras por si só não podem transmitir de forma tão intensa e imediata (Bleiker, 2018). Volta-se assim à ideia de que nem as palavras nem as imagens operam de forma isolada,

e que a análise discursiva é mais completa aquando da incorporação tanto de elementos linguísticos como visuais (Robinson, 2018).

Nesse sentido, irei proceder à análise da representação visual nos *media* de alguns dos elementos discursivos que foram articulados em torno do *nodal point* “solidariedade”, nomeadamente: “refugiados”, “emprego” “assistência médica” e “educação”. Tal análise permitirá efetuar a passagem da produção de significado a nível das comunicações dos *intellectuals of statecraft* (geopolítica prática) para a difusão desse significado à população em geral via *media* (geopolítica popular). A representação visual desses significados permite, mais uma vez, veicular uma perceção emocional mais significativa (Bleiker, 2018).

Primeiramente, será analisada uma imagem que corresponde, visualmente, aos elementos discursivos “emprego” e “habitação”. Assim, a seguinte fotografia foi selecionada para ilustrar uma notícia de fevereiro de 2022 do jornal Expresso cujo título é: “Ucrânia: com oferta de casa e emprego e até atividades para as crianças, Turismo do Algarve quer receber refugiados”. Tal enquadramento é necessário, pois, na linha da argumentação de Robinson (2018), é impossível compreender a importância dos recursos visuais sem também entender como ocorre a interação com as dimensões linguísticas (seja verbal ou escrita) da comunicação, o contexto em que uma notícia é transmitida, e o conhecimento pré-existente.

Assim, sendo, analisando os elementos visuais da seguinte fotografia (Figura 1), verificam-se representados alguns refugiados ucranianos, na sua maioria mulheres, carregando os seus pertences em determinada direção. Estes refugiados são situados espacialmente na fronteira da Ucrânia através do sinal no qual se lê “Ukraine”, confirmando que estes indivíduos que fogem da guerra são semelhantes em termos fisionómicos e de vestuário ao típico cidadão da UE. Estes refugiados são, portanto, considerados bem-vindos. Na sua interação com a componente linguística, a representação dos refugiados é acompanhada pela disponibilidade em providenciar habitação e emprego a estes refugiados que transportarem os seus pertences e as suas famílias para um país estrangeiro, obrigados pela guerra.



Figura 1: Refugiados ucranianos a transpor a fronteira com a Eslováquia

Fonte: Jornal Expresso. Obtido em: <https://expresso.pt/sociedade/2022-02-28-ucrania-com-oferta-de-casa-e-emprego-e-ate-atividades-para-as-criancas-turismo-do-algarve-quer-receber-refugiados>

De seguida, será analisada uma imagem (Figura 2) que corresponde, visualmente, aos elementos discursivos “assistência médica” e “habitação”. A fotografia correspondente foi selecionada para ilustrar uma notícia de fevereiro de 2023 do Jornal Observador cujo título é: “Acesso a habitação e saúde são principais dificuldades para refugiados, diz associação”. Visualmente, está representada uma mulher pertencente aos bombeiros voluntários abraçando um rapaz refugiado, acompanhado, linguisticamente, pela identificação de necessidades básicas como a habitação e a saúde, que não estão a ser supridas. É de referir a representação do abraço entre a voluntária portuguesa e o rapaz ucraniano, transparecendo a ideia de acolhimento, de apoio e de suporte. Desta forma, os refugiados ucranianos podem sentir-se em segurança, protegidos e amparados, nomeadamente no que se refere às necessidades previamente identificadas. De igual modo, a presença das cores da bandeira ucraniana nos lençóis da cama confirma mais uma vez, simbolicamente, o apoio político à causa ucraniana.



Figura 2: Refugiado ucraniano em situação de procura de alojamento em Portugal.
Fonte: Rui Miguel Pedrosa, Observador. Obtido em: <https://observador.pt/2023/02/20/aceso-a-habitacao-e-saude-sao-principais-dificuldades-para-refugiados-diz-associacao/>

Por último, a Figura 3 permite observar a representação visual do elemento “educação”. A fotografia correspondente foi selecionada para ilustrar uma notícia de janeiro de 2023 do jornal Público cujo título é: “Guerra perturbou educação de cinco milhões de crianças na Ucrânia”. Visualmente, o que se verifica é a representação de uma menina refugiada dormindo num transporte público, o que contrasta com aquilo que a componente linguística sugere: esta criança, à semelhança de muitas outras, deveria frequentar a escola e não a passar pelas dificuldades inerentes à deslocação pela fuga à guerra. Viajando em situação precária no seguimento das dificuldades provocadas pela guerra, esta criança viu a vivência da sua infância ser desestabilizada. Neste contexto, vê-se representada com um peluche, objeto associado à sensação de conforto e familiaridade, capaz de a amparar numa situação instável e insegura.



Figura 3: Criança ucraniana a dormir em transporte público.

Fonte: Miguel Manso, Jornal Público. Obtido em:

<https://www.publico.pt/2023/01/24/mundo/noticia/guerra-perturbou-educacao-cinco-milhoes-criancas-ucrania-2036160>

O que estas três fotografias permitem exemplificar, de maneira geral, é que a componente visual facilita a compreensão dos recursos linguísticos previamente analisados, nomeadamente na representação do elemento “refugiado”, considerando-se que as imagens desempenham um papel crucial na aceitação política do mesmo (Johnson, 2018).

De facto, os refugiados ucranianos são representados como indivíduos e grupos facilmente identificados como sendo do Norte Global: corpos brancos, com roupa e bagagem ao “estilo ocidental”. Estes são representados de forma a poderem ser acolhidos, representando valores familiares e formas de estar não ameaçadores e não disruptivas, uma vez que representam o potencial para a integração na sociedade através do emprego, da habitação e da saúde, tal como qualquer cidadão europeu. Desta forma, estabelece-se o paralelismo com os refugiados europeus dos anos 1950, no seguimento da segunda guerra mundial e mais tarde no contexto da guerra fria, que estavam igualmente a fugir de Estados hostis ao Ocidente. Assim, de maneira geral, as

fotografias analisadas permitem transmitir a ideia de vulnerabilidade e de necessidade de proteção, apelando ao sentido de solidariedade da população, associada a uma resposta emocional baseada na identificação com aqueles que são representados (*Idem.*, 2018).

Em particular, o foco nas mulheres e nas crianças contribui para esse mesmo efeito, uma vez que a construção da mulher e da criança vulnerável permite validar a ideia do refugiado como indefeso, inofensivo e apto à integração. No que concerne às mulheres, estas são tendencialmente associadas à ideia de responsabilidade e cuidado familiar e ao mesmo tempo à vulnerabilidade e necessidade de proteção, pelo que não constituem um fator de risco às sociedades que as integram (*Idem.*, 2018). Por sua vez, a representação de crianças incute e consolida na audiência essa mesma ideia, uma vez que apela ao sentido de solidariedade perante um ser vulnerável e indefeso, associado à ideia da infância como um estado passivo. Assim, as crianças são consideradas atores passivos e não participantes nos eventos políticos que as impactam, pelo que surge a necessidade de alguém externo tomar a responsabilidade da sua defesa. Tal como Lee-Koo (2018) explica, “These children are mute and paralysed; seen but not heard. They are incapable of responding to the politics around them and it is left to the viewer to use their own preconceptions to imagine the child’s fear as politics descends upon them”. É desta forma que se incute na audiência uma resposta emocional em torno da ideia de compaixão, e mesmo de indignação e de revolta quanto à situação de fragilidade e precariedade em que estes refugiados se encontram. Assim, a sensação de receio e preocupação pelo seu bem-estar permite facilitar e efetivar comportamentos solidários e de apoio à integração.

Esta ideia é, portanto, congruente com a carga normativa atribuída ao espaço europeu (do qual a Ucrânia passa a fazer parte) no sentido de ser um espaço defensor das liberdades humanas e no qual reside o dever moral de aliviar o sofrimento daqueles que sofrem. Neste caso, é através do apoio ao direito à habitação, saúde, e emprego que tal sofrimento pode ser mitigado, satisfazendo necessidades consideradas fundamentais para uma vida digna para qualquer cidadão europeu. Bhambra (2009) argumenta que essa postura ativa na prestação de auxílio ocorre quando os indivíduos em sofrimento estão dentro das fronteiras do espaço europeu mutuamente reconhecidas, o que é consistente com a análise efetuada. De facto, o discurso que apela à solidariedade europeia em face dos refugiados ucranianos assume precisamente uma base identitária

comum, que permite à audiência europeia identificar o refugiado como “semelhante” a si mesma - seja em termos de aspeto físico, seja em termos de estilo de vida. Desta forma, torna-se relativamente fácil produzir empatia e mobilizar solidariedade, uma vez que se trata de prestar auxílio a membros considerados como pertencendo ao mesmo espaço político, isto é, ao espaço europeu do qual os ucranianos passam a fazer parte. Nessa mesma linha, não se verifica a mesma urgência na necessidade de prestação de auxílio àqueles que não correspondem a essa caracterização e que são originários de espaços fora das fronteiras europeias. É o caso dos refugiados do Sul Global, associados às vagas de migração em razão de circunstâncias de guerra, violência e pobreza generalizada (Johnson, 2018). Quando confrontados com estes diferentes tipos de refugiados, os europeus demonstraram priorizar os primeiros, os “semelhantes” a si mesmos, como é exemplificado por situações como o realojamento de refugiados afegãos em prol dos refugiados ucranianos na Alemanha ou ainda a revogação de títulos de residência a refugiados sírios enquanto se procede ao acolhimento dos refugiados ucranianos na Dinamarca (Glisnki, 2022; John, 2022).

De maneira geral, o que se constata é que as imagens analisadas refletem as dinâmicas previamente analisadas, nomeadamente atribuindo aos ucranianos uma carga normativa favorável à sua identificação como europeus. Desse modo, tal reflete a representação do próprio espaço geográfico do qual os ucranianos se veem obrigados a abandonar como sendo um espaço de luta pelos ideais e valores europeus, contribuindo para o processo de reformulação do espaço europeu que a Ucrânia passa a integrar.

Conclusão

A análise discursiva da guerra na Ucrânia numa ótica pós-estruturalista permitiu indagar sobre as condições de possibilidade de ação que emanam da forma como o conflito é representado na UE e em Portugal em particular. Mobilizando uma análise que incluiu a interação entre elementos linguísticos e visuais, foi possível mapear a forma como a geografia é produzida discursivamente através de modos de representação específicos, enquadrando essas mesmas condições de possibilidade.

O que importa sublinhar é que subjacente a esta análise está a ideia de que a realidade não é imutável e o conhecimento que é produzido sobre os fenómenos que ocorrem no mundo natural (isto é, na geografia dos lugares) não é isento nem objetivo. Pelo contrário, o conflito na Ucrânia é necessariamente mediado por modos de representação, que tem como implicações determinadas respostas em detrimento de outras. A análise da evolução do significado do “espaço europeu”, “paz” e “solidariedade” entre a crise da Crimeia em 2014 e a invasão russa em 2022 confirmou isso mesmo: o significado nunca está fixo indeterminadamente, é contingente e sujeito a alteração por via de um exterior discursivo.

A representação do conflito na Ucrânia incluiu a ocorrência de um duplo fenómeno identitário. Por um lado, foi atribuída uma carga normativa favorável à identificação da Ucrânia e dos ucranianos com os valores, normas e modo de vida europeus, o que teve como efeito o alargamento das fronteiras imaginárias do espaço europeu para Leste de forma a incluir a Ucrânia. Este processo verificou-se analisando o *nodal point* “espaço europeu”, através do qual foi possível constatar uma reformulação do significado que lhe é atribuído no seguimento da invasão de 2022, passando o espaço europeu a incluir a Ucrânia.

O segundo elemento desse duplo fenómeno identitário consiste na atribuição de uma carga normativa oposta à Rússia, excluindo-a veementemente do espaço europeu, o que fortalece o sentido de identidade na oposição ao *Outro*. O *nodal point* “paz” contribui precisamente para essa consolidação, uma vez que o seu significado remete para a necessidade de defesa da paz no espaço europeu através da mobilização de múltiplos meios contra um inimigo comum – a Rússia.

O conhecimento geográfico produzido através desse fenómeno foi consolidado através do *nodal point* “solidariedade”, referente à causa ucraniana no seu todo e aos refugiados ucranianos em particular. Estes últimos, representados como oriundos de um espaço geográfico pertencente ao “espaço europeu”, são eles próprios europeus e a necessitar de apoio. Neste sentido, foi relevante analisar a política visual e o seu potencial em desencadear respostas emocionais mais diretas e intensas.

Em termos gerais, o discurso geopolítico da UE, na sua vertente clássica, enquadró as possibilidades de ação em face da invasão: agir militarmente contra um Estado expansionista que constitui uma ameaça à paz característica do espaço europeu. Discursivamente, essa ameaça à paz não se opera apenas a nível do Estado (ou a nível supranacional no caso da UE), mas sim comum à população no seu todo, o que permite justificar o apoio dado à Ucrânia (seja militar, económico, político, etc.)

É por isso que a defesa daquilo que se considera pertencer ao espaço europeu implica a mobilização do sentimento de solidariedade por parte da população, e neste sentido a política visual permitiu constatar como se incute uma percepção emocional associada às representações do discurso. Em particular, o apelo à solidariedade perante a vaga de refugiados ucranianos na EU permitiu consolidar a ideia de que a Ucrânia e os ucranianos podem efetivamente ser considerados europeus.

Por último, tendo verificado a natureza flexível e contingente dos significados analisados, importa apontar para a possibilidade de pensar no exterior discursivo que mina a fixação definitiva dos mesmos. Desta forma, um potencial futuro foco de análise poderá constituir-se na análise de significados alternativos que atualmente são dados como adquiridos, mas que podem vir a sofrer alterações - que por sua vez levam a novo conhecimento e novas possibilidades de ação. A título de sugestão, seria relevante explorar possíveis significados alternativos da “paz” que atualmente se tenta obter no território ucraniano por via da guerra, de maneira a possibilitar um outro conjunto de posições e ações políticas – orientadas para a reconciliação pós-conflito.

Referências bibliográficas

- Agnew, J. (2003). *Geopolitics: re-visioning world politics*. (2° ed.). London: Routledge.
- Amaral, C. (2010). Europa: cultura, identidade, fronteiras. In Ribeiro, M. (Coord.) *De Roma a Lisboa: a Europa em debate*, 57-68. Coimbra: Almedina.
- Berger, J. (2013). *Understanding a Photograph*. New York: Aperture.
- Bhambra, G. (2009). *Postcolonial Europe, or understanding Europe in times of the postcolonial*. SAGE Publications Ltd. <https://doi.org/10.4135/9780857021045>
- Bleiker, R. (2001). The Aesthetic Turn in International Political Theory. *Millennium*, 30(3), 509–533. <https://doi.org/10.1177/03058298010300031001>
- Bleiker, R. (2015). Pluralist Methods for Visual Global Politics. *Millennium*, 43(3), 872–890. <https://doi.org/10.1177/0305829815583084>
- Bleiker, R. (2018). Mapping visual global politics. In Bleiker, R. (Ed.), *Visual global politics*. New York: Routledge.
- Bleiker, R. & Hutchison, E. (2007). Understanding emotions in world politics reflections on method. Canberra: Dept. of International Relations, Australian National University, <http://nla.gov.au/nla.arc-67090>
- Bleiker, R. & Hutchison, E. (2008). Fear no more: emotions and world politics. *Review of International Studies*, 34, pp 115-135 doi:10.1017/S0260210508007821
- Brubaker, R., & Cooper, F. (2000). Beyond “Identity.” *Theory and Society*, 29(1), 1–47. <http://www.jstor.org/stable/3108478>
- Buitrago, S. (2022). Visual framings of the war in Ukraine: Evoking emotions and mobilization. *DiscourseNet Collaborative Working Paper Series*, no. 8/5. <https://discourseanalysis.net/dncwps>.
- Campbell, D. (1992). *Writing Security: United States Foreign Policy and the Politics of Identity*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Campbell, D. (2013). Poststructuralism. In Dunne, T., Kurki, M. & Smith, S. (Eds.), *International Relations Theories: Discipline and Diversity*. (pp. 223-246). (3). United Kingdom: Oxford University Press.
- Carpentier, N. & De Cleen, B. (2007). Bringing discourse theory into media studies: The applicability of discourse theoretical analysis (DTA) for the study of media practices and discourses. *Journal of language and politics*, 6:265–293.
- Dahlberg, L. & Phelan, S. (Eds.). (2013). *Discourse Theory and Critical Media Politics*, New York, : Palgrave Macmillan.

- Dalby, S. (1988). Geopolitical Discourse: The Soviet Union as other. *Alternatives*, 13(4), 415–442. <https://doi.org/10.1177/030437548801300401>
- Dalby, S. (1990). American security discourse: the persistence of geopolitics. *Political Geography Quarterly*, 9(2), 171-188. [https://doi.org/10.1016/0260-9827\(90\)90017-5](https://doi.org/10.1016/0260-9827(90)90017-5)
- Dalby, S. (1991). Critical Geopolitics: Discourse, Difference, and Dissent. *Environment and Planning D: Society and Space*, 9(3), 261–283. <https://doi.org/10.1068/d090261>
- Dodds, K. (2006). Cold War Geopolitics. In Agnew, Mitchell, K. & Ó Tuathail, G. (Eds.), *A companion to Political Geography*. (pp. 204-218). (3). UK: Blackwell Publishing.
- Dodds, K. (2007). *Geopolitics: A Very Short Introduction*. Oxford: Oxford University Press.
- European Commission. (n.d.). *EU Solidarity with Ukraine*. Obtido em julho 18, 2023, de: https://eu-solidarity-ukraine.ec.europa.eu/index_en
- European Commission. (2014a). *Remarks by President Barroso on Ukraine*. Obtido em julho 18, 2023, de: https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/SPEECH_14_184
- European Commission. (2014b). *Speech : Working together for a united Ukraine in a united continent*. Obtido em julho 18, 2023, de: https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/SPEECH_14_598
- European Commission. (2015). *Speech by President Juncker on "Reforming for Ukraine's future"*, Reform Conference, Kyiv. Obtido em julho 18, 2023, de: https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/SPEECH_15_4880
- European Commission. (2016). *Speech by President Jean-Claude Juncker at the 20th Saint Petersburg International Economic Forum 2016*. Obtido em julho 18, 2023, de: https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/fr/SPEECH_16_2234
- European Commission. (2022). *Speech by President von der Leyen at the European Parliament Plenary on the Russian aggression against Ukraine*. Obtido em julho 18, 2023, de: https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/da/speech_22_1483
- European Commission. (2023a). *Speech by President von der Leyen at the European Parliament Plenary on one year of Russia's invasion and war of aggression against Ukraine*. Obtido em julho 18, 2023, de: <https://neighbourhood->

- enlargement.ec.europa.eu/news/speech-president-von-der-leyen-european-parliament-plenary-one-year-russias-invasion-and-war-2023-02-15_en
- European Commission. (2023b). *Press statement by President von der Leyen with Ukrainian President Zelenskyy*. Obtido em julho 18, 2023, de: https://neighbourhood-enlargement.ec.europa.eu/news/press-statement-president-von-der-leyen-ukrainian-president-zelenskyy-2023-05-09_en
- European Commission. (2023c). *Speech by President von der Leyen on the occasion of the International Charlemagne Prize of Aachen 2023 for H.E. Volodymyr Zelenskyy, President of Ukraine, and the people of Ukraine*. Obtido em julho 18, 2023, de: https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/speech_23_2724
- Fairclough, N. (2004). Semiotic aspects of social transformation and learning. In Rogers, R (Ed.). *An Introduction to Critical Discourse Analysis in Education*. (pp. 225–235). Lawrence Erlbaum.
- Fierke, K. M. (2002). Links across the Abyss: Language and Logic in International Relations. *International Studies Quarterly*, 46(3), 331–354. <http://www.jstor.org/stable/3096092>
- Foucault, M. (1997). *A Ordem do Discurso: Aula Inaugural no College de France Pronunciada em 2 de Dezembro de 1970*. Tradução: Laura Sampaio. Brasil: Relógio D'Água Editores.
- Glinski, S. (2022, abril, 22). *Germany Is Displacing Afghan Refugees to Make Way for Ukrainians*. *Foreign Policy Magazine*. Obtido em julho 24, 2023, de: <https://foreignpolicy.com/2022/04/20/germany-refugee-policy-afghanistan-ukraine/>
- Gray, C. (1988). *The Geopolitics of Super Power*. Kentucky: The University Press of Kentucky.
- Gray, C. (1999) *Inescapable geography*. *Journal of Strategic Studies*, 22:2-3, 161-177, DOI: 10.1080/01402399908437759
- Habermas, J. (1996) *Between Facts and Norms. Contributions to a Discourse Theory of Law and Democracy*. Cambridge: MIT Press.
- Hall, S. (2018). *The West and the Rest: Discourse and Power*. In Morley, D. (Ed.) *Essential Essays, Volume 2: Identity and Diaspora*. New York, USA: Duke University Press. (pp. 141-184). <https://doi.org/10.1515/9781478002710-010>

- Haushofer, K. (1998). "Why Geopolitik?" from *The World of General Haushofer* (1942) In Ó Tuathail, G., Dalby, S. & Routledge, P. (Eds.), *The Geopolitics Reader*. (pp. 33-35). London: Routledge.
- Holzschleiter, A. (2014). *Between Communicative Interaction and Structures of Signification: Discourse Theory and Analysis in International Relations*. *International Studies Perspectives*, 15(2), 142–162.
- Howarth, D. (1998). Discourse theory and political analysis. In: Elinor Scarbrough and Eric Tanenbaum (eds). *Research Strategies in the Social Sciences*. Oxford: Oxford University Press, 268–293.
- John, T. (2022, março, 10). Denmark opens its arms to Ukrainians, while trying to send Syrian refugees home. CNN. Obtido em julho 24, 2023, de: <https://edition.cnn.com/2022/03/10/europe/denmark-refugees-ukraine-syrian-intl/index.html>
- Johnson, H. (2018). Refugees. In Bleiker, R. (Ed.), *Visual global politics*. New York: Routledge.
- Kennan, G. (1947). The Sources of Soviet Conduct. *Foreign Affairs*, 25(4), 566–582. <https://doi.org/10.2307/20030065>
- Klaus, E. (2006). 'Europe's Borders: The Narrative Construction of the Boundaries of Europe', *European Journal of Social Theory*, 9(2): 255-71.
- Kurki, M. & Wight, C. (2013). *International Relations and Social Science*. In Dunne, T., Kurki, M. & Smith, S. (Eds.), *International Relations Theories: Discipline and Diversity*. (pp. 14-35). (3). United Kingdom: Oxford University Press.
- Kuus, M. (2004). 'Europe's Eastern Expansion and the Reinscription of Otherness in East-Central Europe', *Progress in Human Geography*, 28 (4), pp. 472-489. DOI : 10.1191/0309132504ph498oa
- Laclau, E. & Mouffe, C. (2001). *Hegemony and Socialist Strategy. Towards a Radical Democratic Politics* (2^oed.). London: Verso.
- Lacoste, Y. (2012). La géographie, la géopolitique et le raisonnement géographique. *Hérodote*, 146-147, 14-44. <https://doi.org/10.3917/her.146.0014>
- Lacoste, Y. (2014). La géographie, ça sert, d'abord, à faire la guerre. *La Découverte*. <https://doi.org/10.3917/dec.lacos.2014.01>
- Lee-Koo, K. (2018). Children. In Bleiker, R. (Ed.), *Visual global politics*. New York: Routledge.

- Mackinder, H. J. (1904). The Geographical Pivot of History. *The Geographical Journal*, 23(4), 421–437. <https://doi.org/10.2307/1775498>
- Milliken, J. (1999). The Study of Discourse in International Relations:: A Critique of Research and Methods. *European Journal of International Relations*, 5(2), 225–254. <https://doi.org/10.1177/1354066199005002003>
- Müller, M. (2008). Reconsidering the concept of discourse for the field of critical geopolitics: Towards discourse as language and practice. *Political Geography*, 27(3), 322-388. <https://doi.org/10.1016/j.polgeo.2007.12.003>
- Müller, M. (2010). Doing discourse analysis in critical geopolitics. *L' Espace Politique*, 12(3). <https://doi.org/10.4000/espacepolitique.1743>
- Nogueira, J. & Messari, N. (2005). *Teoria das Relações Internacionais: Correntes e Debates*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Ó Tuathail, G. & John Agnew, J. (1992). Geopolitics and discourse: Practical geopolitical reasoning in American foreign policy. *Political Geography*, 11(2), 190-204. [https://doi.org/10.1016/0962-6298\(92\)90048-X](https://doi.org/10.1016/0962-6298(92)90048-X)
- Ó Tuathail, G. (1996). *Critical Geopolitics*. London: Routledge.
- Ó Tuathail, G. (1998). Thinking Critically About Geopolitics In Ó Tuathail, G., Dalby, S. & Routledge, P. (Eds.), *The Geopolitics Reader*. (pp. 1-12). London: Routledge.
- Oppermann, K., & Spencer, A. (2018). Narrating success and failure: Congressional debates on the ‘Iran nuclear deal.’ *European Journal of International Relations*, 24(2), 268–292. <https://doi.org/10.1177/1354066117743561>
- Ringmar, E. (1996). A narrative theory of action. In *Identity, Interest and Action: A Cultural Explanation of Sweden's Intervention in the Thirty Years War* (Cambridge Cultural Social Studies, pp. 66-92). Cambridge: Cambridge University Press. doi:10.1017/CBO9780511557705.004
- Robinson, P. (2018). CNN Effect. In Bleiker, R. (Ed.), *Visual global politics*. New York: Routledge.
- Routledge, P. (2006). In Agnew, J., Mitchell, K. & Ó Tuathail, G. (Eds.), *A companion to Political Geography*. (pp. 236-248). (3° ed.). UK: Blackwell Publishing.
- Said, E. (2003). *Orientalism*. London: Penguin Group.
- Shapiro, M. (1989). Textualizing Global Politics. In Der Derian, J. & Shapiro, J. (Eds.), *International/intertextual relations: postmodern readings of world politics*. (pp. 11-22). International: Lexington Books.

- Sprout, H., & Sprout, M. (1960). Geography and international politics in an era of revolutionary change. *Journal of Conflict Resolution*, 4(1), 145–161. <https://doi.org/10.1177/002200276000400111>
- Shimko, K. L. (1994). Metaphors and Foreign Policy Decision Making. *Political Psychology*, 15(4), 655–671. <https://doi.org/10.2307/3791625>
- Tian et al. (2023). *Trends in World Military Expenditure, 2022*. Stockholm: SIPRI. <https://doi.org/10.55163/PNVP2622>
- Torfinn, J. (1999). *New Theories of Discourse: Laclau, Mouffe, and Zizek*. Oxford: Blackwell Publishers.
- Van Dijk, T. A. (2009). Critical discourse studies: A sociocognitive approach. In R. Wodak & M. Meyer (2nd ed). *Methods of critical discourse analysis*, (pp 62-86). Thousand Oaks: Sage.
- Walker, R. (1992). Sovereign identities and the politics of forgetting. In *Inside/Outside: International Relations as Political Theory* (Cambridge Studies in International Relations, pp. 159-183). Cambridge: Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511559150>
- Winograd, M. (2023, janeiro, 19). Ukrainian Pacifist Movement: An Interview with Yurii Sheliashenko. Counterpunch. Obtido em julho 18, 2023, de: <https://www.counterpunch.org/2023/01/19/ukrainian-pacifist-movement-an-interview-with-yurii-sheliashenko/>